



Resenha *MIGRAÇÕES NA ATUALIDADE* – Ano 27 – nº 102 – Março 2016

Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios – www.csem.org.br

A diáspora muçulmana para além dos estereótipos

PORTUGUÊS	3
Mesquitas podem ajudar a integrar Refugiados na Alemanha.....	3
Islamofobia, o fantasma dos muçulmanos	4
"Se não fizermos nada, incentivamos a islamofobia", diz muçulmano brasileiro.....	7
Muçulmanos reclamam de islamofobia e associação ao terror nos EUA.....	8
Atos de islamofobia triplicam na França em 2015	9
O êxodo de cristãos muda o Oriente Médio.....	10
Número de cristãos assassinados na Nigéria ultrapassa os 9 mil	10
ENGLISH	11
Muslims expected to surpass Jews as second-largest U.S. religious group.....	11
Diverse, desperate migrants have divided European Christians	12
For Some Muslim Asylum-Seekers In Germany, Christianity Beckons	13
Obama: Islam is a religion of 'peace, charity and justice'	15
The pervasive and systemic extent of Islamophobia	15
Muhammad as Spirit of Truth: A Christian Testimony Against Islamophobia	16
How British Organizations Are Tackling Islamophobia.....	18
ESPAÑOL	19
"Los musulmanes europeos no desean diluirse sino integrarse"	19
Cómo la religión se metió de lleno en el debate sobre la crisis migratoria de Europa.....	23
Europa frente al islam.....	25
"La islamofobia invisibiliza problemáticas como los modelos de migración y la necesidad de integración social"	26
El número de musulmanes en España crece un 1,6% en 2015 hasta los 1,88 millones.	29
Los efectos de acusar a refugiados de abusos en Colonia: "El miedo ha calado"	30
Polonia quiere inmigrantes a la carta: cristianos, ucranianos y "trabajadores"	31
ITALIANO	33
Al ministero dell'Interno nasce il Consiglio per le relazioni con l'Islam Italiano	33
La disinformazione sull'Islam e sul Califfato	33
Violenze sulle donne, le donne dell'est denunciano al primo schiaffo, le musulmane sopportano per anni.....	35
L'altro Islam, lo sguardo aperto del pensiero sciita.....	37
Islam. Stop alla legge antimoschee della Lombardia, è incostituzionale	39
Migranti e religioni: in Italia 2,6 milioni di cristiani e 1,6 milioni di musulmani.....	39
"Se ti picchia non ti ama e non è Islam", la comunità musulmana contro la violenza sulle donne .	40

EDITORIAL

O intenso fluxo de migrantes e refugiados oriundos de países de tradição islâmica tem colocado o tema da religião e, de forma específica, do Islã no centro do debate político em numerosos países. A tradicional preocupação com os impactos econômicos da acolhida de estrangeiros é acompanhada por intensas discussões sobre a integração de populações cultural e religiosamente diferentes, bem como pela questão da segurança nacional diante do espectro do Daesh (o assim chamado “Estado Islâmico”). Os graves e ainda mal explicados acontecimentos de Colônia, na virada do ano, têm alimentado ainda mais a suspeita e a rejeição em relação a populações com “procedência árabe ou do norte da África”.

Neste contexto, a frente anti-islâmica está assumindo proporções cada vez maiores. Trata-se de uma “santa aliança laica”, nas palavras de Olivier Roy (2008), que abrange segmentos sociais extremamente diversificados: grupos xenófobos, partidos de centro-direita, defensores da assim chamada civilização cristã, vozes laicistas de esquerda e segmentos sociais preocupados com o terrorismo islâmico.

De repente, sociedades fragmentadas e anômicas, afetadas por graves crises econômicas e sociais, se reagrupam em nome de um inimigo comum: o imigrante muçulmano. Ao que tudo indica, em termos de governamentalidade, a “imigração muçulmana” desenvolve na atualidade o papel que na época da guerra fria era ocupado no mundo ocidental pelo espectro do “comunismo”.

O principal efeito desse processo é a difusão da assim chamada “islamofobia”. Esta expressão não possui uma definição unanimemente aceita, mas é geralmente interpretada como um medo irracional e uma visão preconceituosa do universo islâmico, enquanto realidade monolítica e estática, totalmente impermeável ao contato com a alteridade, inferior ao mundo ocidental, “inintegrável” e essencialmente antagônica à lógica dos direitos humanos. A ideologia do *Clash of civilizations* (HUNTINGTON, 2007) alimenta essa visão estereotipada que transforma a religião islâmica no mais difundido bode expiatório da atualidade (KAYA, 2011). O que nos interessa sublinhar é que a islamofobia, conforme o Council of Europe, quando assume a forma de racismo, discriminação ou violência, se torna “*uma violação dos direitos humanos e uma ameaça para a coesão social*”.

As consequências em termos sociais são evidentes. Recentemente, vários órgãos de imprensa têm noticiado que, em 2015, atos islamóforos cresceram 60% na Inglaterra e triplicaram na França. Trata-se de agressões físicas e verbais, saques e profanações de lugares de culto, incêndios (ou tentativas), discursos de chamamento ao ódio, ameaças, pichações, entre outros. Destaca-se, de forma específica, a violência contra mulheres com *hijab* ou *niqab*, vítimas de xingamentos, cusparadas e agressões físicas nas ruas e nos estabelecimentos escolares. A Anistia Internacional (2012) tem destacado também, num informe sobre discriminação de muçulmanos na Europa, a baixa empregabilidade das mulheres muçulmanas, frequentemente afastadas do trabalho ou não admitidas unicamente por causa do indumentário.

Mas não é só isso. Nos últimos anos, houve várias ações legislativas (por vezes, tentativas ou promessas) que atestam o clima de alarmismo em relação à diáspora islâmica. Podemos lembrar o assim chamado *affaire du foulard* e a questão dos símbolos religiosos na França; o referendun sobre minaretes na Suíça, em 2009; as polêmicas relacionadas à construção de um centro islâmico nas proximidades do Marco Zero, nos EUA, em 2010; a proibição das carnes religiosas na Holanda, em 2011; a tentativa de proibição da circuncisão, na Alemanha, em 2012; a assim chamada Lei anti-mesquitas da região Lombardia, na Itália, em 2015; a recente promessa do candidato Donald Trump de proibir a entrada de muçulmanos nos EUA. Ainda que cada um desses eventos mereça uma análise específica, em todos eles a diáspora islâmica é tida como uma ameaça que deve ser rigidamente controlada.

É neste clima hostil que seres humanos tentam reconstruir as próprias vidas: seres humanos que fogem da guerra, da violência do Daesh, das violações de direitos humanos de regimes totalitários apoiados e armados por civilizados países ocidentais. Seres humanos que ousam desafiar

a ordem estabelecida, buscando, de forma administrativamente irregular, ingressar em territórios em que não foram convidados. Trata-se de uma ousadia prometeica, imbuída de valores modernos, como a autonomia do ser humano que não se submete passivamente a um destino ou uma ordem supostamente natural ou divina (incluindo não apenas as divindades transcendentais, mas também, e principalmente, aquelas imanentes), mas reivindica o direito de construir e reconstruir a própria história.

Olhar para a diáspora muçulmana para além dos estereótipos significa abrir os olhos para a realidade e, nas palavras de Papa Francisco, “*ousar transformar em sofrimento pessoal aquilo que acontece ao mundo*” (LS 19), inclusive ao mundo dos migrantes e dos refugiados. A compaixão é o caminho da responsabilidade, da solidariedade e da coesão social. Onde o medo “*anestesia os corações*” (Homilia do Papa Francisco em Lampedusa, 2013), a lógica do terror e da violência venceu.

Olhar para a diáspora muçulmana para além dos estereótipos significa enxergar os processos de transformação que essas comunidades diaspóricas estão desenvolvendo: iniciativas como “*Visit my Mosque Day*” atestam o desejo das comunidades islâmicas de serem conhecidas, reconhecidas e julgadas pelo que realmente são e não por enquadramentos e tipificações midiáticas.

Mais ainda, olhar para a diáspora muçulmana para além dos estereótipos significa doar uma oportunidade de sobrevivência ou de inclusão social a quem precisa, derrubando muros e construindo pontes que permitam a criação de uma “*cultura de encontro*” (Homilia do Papa Francisco em Lampedusa, 2013) que proporcione uma recíproca fecundação.

PORTUGUÊS

Mesquitas podem ajudar a integrar Refugiados na Alemanha

Templos podem ter papel importante na adaptação dos recém-chegados, de maioria muçulmana. Novos residentes também devem modificar prática do islamismo no país, marcado pela influência turca.

Andreas Gorzewski

O islamismo pode se tornar mais multifacetado na Alemanha por causa dos novos residentes que chegam em grande número, vindos de países de maioria muçulmana. Até recentemente, o islamismo influenciado pelos turcos era a prática dominante, com dois terços dos estimados 4 milhões de muçulmanos na Alemanha tendo raízes turcas. O número de árabes, bósnios, albaneses e de migrantes de outros países de maioria muçulmana vinha sendo muito menor.

Mas, mês após mês, dezenas de milhares de sírios e iraquianos estão chegando à Alemanha. Autoridades responsáveis pela integração pediram que as mesquitas assumam um papel ativo na ajuda aos muçulmanos recém-chegados, e associações islâmicas na Alemanha parecem dispostas a enfrentar o desafio. Aiman Mazyek, presidente do Conselho Central Muçulmano na Alemanha, disse à emissora pública ZDF que as

mesquitas podem assumir um papel-chave quando se trata de integração.

A Alemanha tem atualmente cerca de 2.400 mesquitas, a maioria das quais pertence a organizações turcas. Para sunitas sírios ou iraquianos, não há problema em rezar em direção a Meca atrás de um imã turco. A linguagem da oração nas mesquitas em todo o mundo é o árabe. Os problemas começam quando se trata do sermão da sexta-feira, que é feito na língua da congregação. E ela é, principalmente, turco.

Dialetos

O árabe é falado principalmente nas mesquitas marroquinas. Abdelkader Rafoud, do Conselho Central dos Marroquinos na Alemanha, estima que existam cerca de 155 em todo o país. Ele disse à DW que refugiados recém-chegados são rápidos

em encontrar a comunidade de língua árabe mais próxima.

Refugiados de língua árabe podem compreender tanto as orações como os sermões, e os homens também podem se encontrar e conversar nos salões de chá, que são uma característica de quase todas as mesquitas na Alemanha. As mulheres têm outros lugares para se encontrar.

Problemas de linguagem também podem surgir devido aos vários dialetos árabes que são falados no norte da África e no Oriente Médio. Ahmad Aweimer, porta-voz da comunidade muçulmana em Dortmund, não vê isso como um grande obstáculo, no entanto, já que, segundo ele, a maioria das pessoas pode se comunicar no árabe moderno padrão.

Ainda não dá para saber se os conflitos dos países de origem dos imigrantes podem ser transferidos para as mesquitas alemãs. Há, entre os refugiados, sunitas, xiitas, alauitas da Síria e de outras comunidades muçulmanas. Há árabes, curdos, afegãos e membros de muitas outras etnias. "E a presença deles nas mesquitas da Alemanha só agora está se tornando perceptível", ressalta o marroquino Rafoud.

Conflitos como os registrados recentemente em centros de acolhimento de refugiados são certamente possíveis de se repetir. Mas Rafoud acredita que eles não devem ocorrer nas próprias mesquitas. Ele diz que é necessário esperar para poder ver como esses novos grupos vão se misturar e interagir com a comunidade muçulmana existente. "Ainda vamos ser confrontados com as diferenças", prevê.

Aceitação por grupos turcos

Trinta anos atrás, os marroquinos não tinham ainda as suas próprias mesquitas na Alemanha, pois só havia quase que exclusivamente mesquitas turcas. "As comunidades turcas nos convidaram para entrar", lembra Rafoud. Demorou um pouco para que os muçulmanos marroquinos pudessem reunir o dinheiro necessário para estabelecer suas próprias mesquitas. Ele diz que deve ocorrer o mesmo agora com sírios e iraquianos.

Islamofobia, o fantasma dos muçulmanos

Comunidades na Europa discutem a própria segurança e medidas para evitar proliferação do extremismo

FRANÇA: Familiares sugerem mudança de visual

No entanto, as semelhanças linguísticas e sectárias não significam necessariamente que sírios e iraquianos se sentirão em casa em organizações alemã-marroquinas. "As pessoas que vivem aqui há anos são influenciadas pela cultura local", sublinha Rafoud. Ele explica que muitos dos que vêm frequentando mesquitas marroquinas há anos encontraram sua própria maneira de combinar a religião com a vida cotidiana na Alemanha.

Ponte para a sociedade

Algumas mesquitas têm oferecido cursos de alemão e de integração há anos. Mas os fundos disponíveis para essas atividades são limitados. Recentemente, grupos salafistas, que muitas vezes promovem uma interpretação extremista do Islã, também se envolveram – uma novidade que tem preocupado os especialistas alemães de segurança interna.

Há até mesmo um maior apoio agora a organizações islâmicas que podem ser confiáveis para desempenhar papéis na construção de uma ponte para a sociedade alemã. E a ênfase é dada principalmente aos membros da organização ou congregação, que muitas vezes falam alemão melhor do que os imãs.

"Eles são, mais ou menos, alemães", avalia Aweimer, porta-voz da comunidade muçulmana em Dortmund, se referindo aos muçulmanos que cresceram ou vivem no país há muito tempo.

Ele acredita que o contato com mesquitas locais representa uma oportunidade real para os muçulmanos recém-chegados. "Eles têm de se ajustar aos valores que nós partilhamos nesta sociedade", diz. "Em décadas passadas, a integração demorava muito", comenta. "As pessoas que estão vindo agora já encontram modelos de comportamento dentro das mesquitas. Eu acho que eles vão ter uma adaptação muito mais fácil do que a minha geração teve."

Fonte: <http://www.csem.org.br/index.php/csem/noticias/3935-mesquitas-podem-ajudar-a-integrar-refugiados-na-alemanha>
08.10.2015

Fiéis debatem possibilidade de abandonar véu e barba para não serem vistos como radicais

Paris - Os muçulmanos da capital francesa já estão sentindo na pele as consequências dos atentados terroristas de sexta-feira, cometidos por grupos de fanáticos, que, em nome do Islã, massacraram 129 pessoas, feriram mais de 350 e levaram o governo francês a declarar estado de guerra. Agora, toda a comunidade de mais de 5 milhões de muçulmanos no país teme ser vista como radical.

— Minha família pediu para eu tirar a barba — contou o jovem Faisal Baiyante, religioso, estudante de línguas na Universidade Paris VII. — Mas a barba é minha convicção. Não tenho o que esconder. Temo pelo que pode acontecer agora. Eles (os terroristas) se diziam muçulmanos, mas não têm os mesmos valores que eu.

Nora, 21 anos, francesa de família marroquina, também caminhava preocupada ontem nas ruas do 19º distrito, predominantemente frequentado por árabes. Após os atentados, amigas e parentes estão lhe aconselhando a tirar o véu islâmico.

— Algumas amigas estão tirando o véu. Eu não vou tirar. Mas estou com medo de sair sozinha de manhã e ser agredida. Conheço gente próxima que está sendo insultada na rua.

Chocada com os atentados, ela critica duramente os radicais islâmicos, que “não representam o Islã”. E defende que mesquitas se mobilizem para fazer um amplo trabalho de prevenção, ensinando jovens “a ler o Alcorão, já que o livro proíbe matar e até mesmo o suicídio”.

Os nervos estão à flor da pele. O agente administrativo Okachi Belkheir, 31 anos, disse que o que aconteceu na sexta-feira “foi horrível e não há palavras para descrever”. Mas não esconde a revolta quando questionam o que muçulmanos franceses como ele pretendem fazer para impedir a proliferação de radicais:

— Estamos de saco cheio de sermos estigmatizados. Sempre temos que nos justificar. Ora, não temos nada para justificar porque isso (o que fizeram os terroristas) não é o Islã!

Manifestantes anti-islâmicos e grupos que faziam vigília pelas vítimas dos atentados de Paris entraram em confrontos em Lille, no Norte da França, na noite de sábado. Após fazerem coro pela expulsão de imigrantes islâmicos do país, os manifestantes foram confrontados e a polícia teve que agir para apartar briga, escoltando o grupo para longe.

Okachi é ex-secretário-geral da mesquita de Clichy-sous-Bois — o bairro da periferia pobre de Paris que foi estopim da enorme revolta de jovens de 2005. Hoje comanda a Associação Espoir

(Esperança, em francês) — que dá assistência, sobretudo, aos filhos da imigração árabe na periferia parisiense. Ele também teme uma nova onda de discriminação contra muçulmanos:

— Foi assim depois dos atentados contra o “Charlie Hebdo”: vão misturar tudo. É toda a comunidade que vai ser tachada.

O encanador Mustafa, 40 anos, argelino, vestido com túnica e o tradicional gorro de crochê dos muçulmanos (taqiyah), não escapou de insultos.

— Um homem acaba de me dizer: tira esta túnica! Volta para casa! Um dia vão dizer que sou responsável porque estou vestido assim.

Mas o seu discurso também é de ódio:

— São os americanos, os sionistas, a extrema-direita, o governo francês que fazem isso. Por que Hollande não se ocupa dos pobres, dos desempregados daqui? Por que vão enviar o Exército à Síria? Quem inventou o Daesh (Estado Islâmico) foram os americanos. Estão colocando uns contra os outros, acusando os muçulmanos. Isso me dá desgosto. Tem três dias que não durmo e tenho um amigo ferido nos atentados.

ESPANHA: Intolerância em alta preocupa associações

Preconceito religioso, que superou racismo e homofobia como crime de ódio mais frequente, deve crescer

Madri - Laure Rodríguez não costuma usar o hijab, o véu muçulmano. Mas quando esta espanhola convertida ao Islã decidiu tapar os cabelos com um manto, alguém tentou arrancá-lo. Na Espanha, onde cerca de 40% dos mais de dois milhões de muçulmanos nasceram no país, esse tipo de manifestação islamofóbica acontece, conta Laure. A intolerância religiosa e cultural, que cresceu com a crise econômica, transformou-se, desde o atentado ao semanário francês “Charlie Hebdo”, no primeiro delito de ódio na Espanha. Racismo e homofobia, até então majoritários, ficaram para trás.

— Há um sentimento ambivalente. O aumento da islamofobia é evidente, mas há um despertar: pessoas saem em defesa dos muçulmanos, desvinculando terrorismo e religião — opina Laure, que atua como pesquisadora do Euro-Mediterranean University Institute.

A desconfiança e o medo em relação aos muçulmanos já vinham crescendo. Mas agora, depois dos atentados de Paris, mulheres com hijab e homens com traços árabes serão vistos com

mais receio. É o que acredita Isabel Romero, presidente da Junta Islâmica:

— Há um estereótipo que pesa sobre nós e nos estigmatiza. Isso gera um rechaço, que na Espanha é significativo, mas, por enquanto, não é alarmante.

Para Isabel, trabalhar o conceito de diversidade entre muçulmanos e não muçulmanos de maneira recíproca é a única maneira de lutar contra esse estereótipo.

Tratar com naturalidade a mulher muçulmana, sem associá-la exclusivamente ao véu, poderia ser uma maneira de começar a destruir estereótipos. É a opinião de Laure:

— Desde o biquíni, nenhuma peça tinha dado tanto o que falar. Não se pode medir a liberdade de um jeito simplista como este: quanto mais descoberta, mais livre e quanto mais coberta, mais atrasada e reprimida.

REINO UNIDO: Entidades debaterão ideologia jihadista

Conselho Muçulmano Britânico afirma que violência 'está fora dos limites estabelecidos pela fé'

Londres - Líderes da comunidade islâmica no Reino Unido se mobilizaram para condenar os ataques em Paris e evitar o aumento da discriminação contra a população muçulmana local, formada por 2,7 milhões de pessoas, a maioria vivendo na Inglaterra. Mensagens de paz foram divulgadas para lembrar que o Islã está sendo deturpado por uma minoria radical que, além de cobrir uma cidade como Paris de sangue, provoca a exclusão e a estigmatização de islâmicos que rejeitam a violência.

“O atentado está sendo reivindicado pelo autodenominado Estado Islâmico. Não há nada de islâmico nessas pessoas. Suas ações são perversas e estão fora dos limites estabelecidos por nossa fé”, disse, em comunicado, o Conselho Muçulmano Britânico, que reúne 500 entidades regionais, escolas e mesquitas. O conselho planeja uma série de conferências nos próximos dias para discutir o combate à ideologia dos jihadistas, assim como potenciais abusos cometidos pelas forças de segurança no combate ao terror.

— O que os radicais querem é alienar e dividir os muçulmanos. Precisamos atacar problemas que estão na raiz do extremismo, como o desemprego entre jovens muçulmanos, além de neutralizar o discurso de ódio de clérigos e nas mídias sociais — alertou o ativista Farooq Aftab, porta-voz da

comunidade muçulmana Ahmadiyya, em Londres, que sugere abrir as mesquitas britânicas para mostrar que a maioria dos muçulmanos não tem o que esconder.

Uma pesquisa da Comissão de Direitos Humanos Islâmica mostrou que 80% dos muçulmanos britânicos já presenciaram ou ouviram sobre casos de discriminação contra fiéis da religião. Para os ativistas, jovens muçulmanos estão sendo tratados como suspeitos pelas autoridades. O governo alega estar tentando impedir que o Estado Islâmico continue recrutando jihadistas. Cerca de 700 britânicos foram lutar na Síria. Trezentos já estão de volta à Inglaterra.

ALEMANHA: Clima de medo é sentido nas mesquitas

País tem quatro milhões de seguidores do Islã, que lutam para se distanciar dos atos terroristas

Berlim - Um clima de insegurança acompanhou as orações de ontem nas mesquitas da Alemanha. Embora consternados com a tragédia de Paris, os mais de quatro milhões de muçulmanos no país temem que sua situação piore com o aumento da islamofobia. Aiman Mazyek, diretor do Conselho dos Muçulmanos da Alemanha, afirma que os adeptos da religião serão forçados a pagar pelos crimes dos terroristas outra vez.

— Eles fazem uma guerra contra a Humanidade e também contra o Islã. Nós somos vítimas, e a generalização é absurda. Agem como se todos os muçulmanos fossem também cúmplices — protestou Mazyek.

Segundo ele, reagir com mais discriminação contra muçulmanos é ajudar os terroristas. Suas metas seriam, entre outras, “criar um clima de guerra entre os povos muçulmanos e os não muçulmanos”.

Lamya Kaddor, da Liga Islâmica Liberal, vê os atentados como um perigo de retrocesso.

— Os muçulmanos lutam para mostrar que nada têm a ver com os terroristas. Mas, mesmo assim, são vistos com uma certa suspeita — afirmou Lamya, teóloga especializada na religião muçulmana.

Korhan Erdón, encarregado de um projeto de apoio a jovens muçulmanos para evitar a radicalização em Kempten, no estado da Baviera, diz que a Alemanha pode ser vítima de um atentado semelhante.

A cidade bávara resolveu apoiar o projeto depois que um jovem de Kempten morreu lutando ao lado

das tropas do Estado Islâmico na Síria. Desde então, a população local entrou em estado de choque e decidiu enfrentar o problema.

— Só o trabalho com jovens afetados é capaz de evitar o perigo. Discriminar muçulmanos como se

eles fossem também culpados não leva a nada. É punir a pessoa errada — disse Erdón sobre o Violence Prevention Network.

Fonte: <http://oglobo.globo.com/mundo/islamofobia-fantasma-dos-muculmanos-18059052#ixzz41ZIkZXux> – 16.11.2015

"Se não fizermos nada, incentivamos a islamofobia", diz muçulmano brasileiro

Marcelo Freire e Vinícius Boreki

Um simples véu cobrindo a cabeça, chamado hijab, é ao mesmo tempo um símbolo da fé e da preocupação das muçulmanas brasileiras, especialmente após os atentados em Paris que deixaram 130 mortos. Isso porque o hijab, em tese, as identificam como adeptas do islamismo --o que, segundo o pensamento de algumas pessoas que buscam alvos para espalhar ódio e intolerância, é sinônimo de terrorismo.

Na última segunda-feira (23), Luciana Schmidt Velloso e Paula Zahra relataram ter sido vítimas, respectivamente, de uma pedrada e uma cusparada nas ruas de Curitiba (PR), por serem muçulmanas. Isso sem contar os xingamentos comuns, relatados pela comunidade há algum tempo e intensificados após os ataques ao jornal francês "Charlie Hebdo", em janeiro.

A orientação geral das entidades islâmicas do Brasil é que as vítimas do preconceito não deixem de relatar os casos à polícia, Ministério Público ou outro órgão competente. "É dolorido, mas necessário. Se não fizermos nada, estaremos incentivando a islamofobia", afirma Gamal Oumairi, diretor-religioso da Sociedade Beneficente Muçulmana do Paraná e membro do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial. "Dizemos aos adeptos que sempre reajam da melhor maneira possível e, se a outra pessoa persistir, prestar queixa, frisando que é crime de intolerância religiosa, não injúria ou outro crime", diz Sami Isbelle, da Sociedade Beneficente Muçulmana do RJ.

Por outro lado, segundo o xeque Rodrigo Oliveira Rodrigues, da Mesquita do Pari, de São Paulo (SP), existe uma atenção constante para que se detecte qualquer indício de extremismo no discurso ou no comportamento dos fiéis brasileiros. "Somos contra qualquer discurso de violência, inclusive feito por muçulmanos. Se soubermos de alguém com essa linguagem, denunciaremos à polícia imediatamente."

Medo e preconceito

Uma população cujo número de adeptos no Brasil ainda é incerto --o Censo de 2010 registra cerca de 30 mil muçulmanos no país, mas a Federação das Associações Muçulmanas já a estipula em mais de 1 milhão-- se une agora para denunciar crimes cometidos contra os fiéis, esclarecer pontos relacionados ao islamismo e, repetidamente, se dissociar de grupos como o autodenominado Estado Islâmico, que utilizam a religião para justificar atos terroristas.

"Infelizmente, após esse tipo de atentado, algumas pessoas que não têm muito conhecimento associam isso ao Islã. A mídia também tem dado destaque à palavra Estado Islâmico, e isso acaba ficando no subconsciente dessas pessoas, que nos agridem de forma verbal ou até física", diz Sami Isbelle.

"Não é nem Estado --é uma organização terrorista-- e nem Islâmico, pois vai contra os princípios do islamismo", acrescenta o xeque Rodrigues. "As pessoas acabam achando que o grupo representa o Islã e que todos os muçulmanos são recrutas. Pagamos uma culpa por algo que repudiamos. Somos vítimas também. O Estado Islâmico ataca mesquitas da Arábia Saudita, do Iêmen, Iraque, Turquia, Tunísia, no Líbano, mas não é tão notícia como quando acontece com os europeus", diz o xeque.

"É como culpar o católico pela Inquisição"

Segundo o xeque Rodrigues, o olhar desconfiado das pessoas com os islâmicos se tornou rotineiro. "O pessoal sai da fila do supermercado, se afasta, seguranças às vezes nos perseguem, cria-se esse sentimento de medo. Há relatos de pedras atiradas, ofensas, principalmente contra as mulheres, porque as pessoas acham que o Estado Islâmico faz o que a religião prega. Mas é o mesmo que culpar um católico pela Inquisição [grupo da Igreja Católica que, na era Medieval, combatia os hereges]."

Uma das duas agredidas em Curitiba, Paula Zahra evita pegar o ônibus em Curitiba por medo de

agressões. "Quando pego, procuro ficar perto do motorista. E, normalmente, não pego o 'expresso' [que circula pelas faixas exclusivas] para evitar problemas", conta. Seu filho, de 9 anos, não foi à aula nos últimos dias devido a esses problemas. "Seus colegas dizem que a mãe dele é uma mulher-bomba", relata.

Oumairi, da Sociedade Beneficente Muçulmana do Paraná, relata que o preconceito também está nas situações burocráticas do dia a dia. "Nesta semana, uma irmã teve que brigar para fazer a foto de sua carteira de habilitação com o véu. Essa é uma conquista que tivemos há dois anos no Paraná, mas ainda é preciso justificar."

Esclarecimento e solidariedade

A segunda frente em que as instituições islâmicas trabalham é no esclarecimento sobre a religião, se dissociando dos radicais que pregam a violência contra os não muçulmanos --no caso do Estado Islâmico, por exemplo, contra todos que não sejam sunitas ou não sigam as regras de conduta determinadas pelo grupo.

"Esse grupo é composto por mercenários, fanáticos, cuja orientação não está fundamentada no sagrado Alcorão. É realmente importante conhecer mais sobre o Islã, pois não se pode criticar sem conhecer profundamente os preceitos, o que o livro sagrado ensina", diz Nasser Fares, presidente da Sociedade Beneficente Muçulmana e representante da Mesquita Brasil, que fica no bairro paulistano do Cambuci.

"Estamos proporcionando o acesso às informações corretas para que as pessoas tirem suas dúvidas e compreendam mais sobre a religião. Também

ficamos perplexos. Não sabemos quem criou o Estado Islâmico, quem o financia, quem o apoia. É preciso pesquisar a origem para entender quais os reais interesses para dar um basta a tudo isso", afirma Fares.

Essa busca das pessoas para conhecer o islamismo, por outro lado, tem se transformado em um dos fatores que estimulam a conversão para a religião, segundo Fares, o que é motivado também pelo ambiente de tolerância religiosa que é visto no Brasil, apesar desses casos de islamofobia. "Aqui todas as religiões encontram espaço e podem se manifestar livremente. Este ambiente de tolerância prevalece sobre qualquer opinião ou manifestação negativa", diz.

"As pessoas começam a querer ir para a mesquita para entender se esse tipo de violência tem a ver com o Islã. E elas recebem material de leitura que mostram que esses atos não correspondem aos princípios islâmicos", afirma Sami Isbelle, que também relata o número de mensagens de solidariedade de não muçulmanos que criticam a islamofobia e o ataque à religião.

"É um fator novo e está dando um conforto para nós. As pessoas ligam, mandam mensagem e até vão para a mesquita dizer que sabem que não temos nada a ver com terrorista. Quando essas vozes começarem a se destacar em relação às que atacam, a islamofobia vai diminuir. Até porque o brasileiro é um povo que não gosta de injustiça e tem como característica a solidariedade. A gente sempre conviveu bem nesse sentido", finaliza Isbelle.

Fonte: <http://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2015/12/03/islamicos-enfrentam-intolerancia-no-brasil-com-denuncias-e-esclarecimento.htm> - 03.12.2015

Muçulmanos reclamam de islamofobia e associação ao terror nos EUA

O taxista Khaled Mohamed, 49, pegou uma passageira em Manhattan que pediu que ele a levasse para Nova Jersey, aguardasse três horas e a trouxesse de volta. Enquanto a esperava, ele tirou um cochilo. Acordou com três viaturas de polícia o revistando.

"Não sou terrorista", reagiu. "O policial disse que tinha certeza disso, mas precisava checar todas as denúncias", lembra Mohamed.

Egípcio, residente em Nova York há 20 anos, o taxista orientou a mulher e os filhos a voltarem para o país natal depois que crianças atiraram pedras neles em um parquinho. À época, após os atentados de 11 de Setembro, Mohamed decidiu

ficar nos Estados Unidos para ganhar a vida. Hoje, teme voltar para o Egito, devido ao terrorismo em seu país.

Ele vive em um limbo, sem se sentir em casa em lugar nenhum. "Do fundo do coração, você não consegue esquecer o que fizeram com você."

Sempre depois de atentados como os da semana passada, em Paris, muçulmanos nos Estados Unidos temem uma escalada de agressões. Centros comunitários instruem os membros a evitarem acessórios que identifiquem sua religião, como lenços e véus, para as mulheres, e barbas longas, para os homens.

Mas atos de ódio religioso recrudescem, ainda assim. Três dias depois dos ataques na capital francesa, uma mesquita próxima a Austin, no Texas, amanheceu com a entrada coberta de fezes e páginas rasgadas do Alcorão, segundo denunciou o Cair (Centro de Relações Americano-Islâmicas, na sigla em inglês).

Sem Revide

Nesses momentos, a comunidade muçulmana tende a se fechar. "A orientação é que não revidem, não respondam", diz o xeique Saad Jallah. Diretor do Centro Islâmico de Nova York, ele só começou a entrevista depois de a reportagem assinar um termo se comprometendo a não depreciar a instituição, que inclui a mesquita mais antiga da cidade.

Jallah acha que a difamação da religião acaba por propagandear-la. "Quando a rede CNN diz coisas ruins sobre o islã, as pessoas ficam curiosas. Porque, claro, não são estúpidas de confiar."

Apesar de representar 0,9% da população americana (ante 1,9% de judeus e 70,6% cristãos), segundo o instituto Pew, os muçulmanos são a comunidade que cresce mais rápido no mundo. "Acredito que os responsáveis por difundir o islã aqui são Alá, os canais de televisão e alguns colegas muçulmanos", diz o xeique.

Associar a religião ao terrorismo é um equívoco e faz parte de uma agenda obscura, em sua opinião. "Apesar do nome, o Estado Islâmico não é muçulmano", diz. "Se foi possível derrubar Saddam Hussein no Iraque, levaria um dia ou menos para acabar com o EI. Mas tem algo por trás."

"Se o chamamos de Daesh [o nome do EI em árabe], eles não gostam. Chamam a si mesmos de Isis [Estado Islâmico do Iraque e do Levante]. De onde tiraram esse nome? No Iraque se fala inglês? Na Síria, se fala inglês?", questiona o religioso.

FOLHA PRESS

Fonte: <http://www.correiadoestado.com.br/brasil-mundo/muculmanos-reclamam-de-islamofobia-e-associacao-ao-terror-nos-eua/264397/> - 01.12.2015

Atos de islamofobia triplicam na França em 2015

Um dos piores surtos de islamofobia aconteceu no em um bairro da cidade de Ajaccio

Ana Teruel

Os atos de islamofobia, principalmente ameaças e pichações contra muçulmanos, dispararam na França em 2015, ano marcado pelos ataques jihadistas em Paris em janeiro e novembro. A Delegação Interministerial de Combate ao Racismo e o Antissemitismo (Dilcra), subordinada ao gabinete do primeiro-ministro, estima que em 2015 serão contabilizadas mais de 400 agressões desse tipo, três vezes mais do que em 2014. A cidade de Ajaccio, na ilha da Córsega, viveu no fim de semana passado dois dias de manifestações islamofóbicas.

As agressões contra muçulmanos que se registraram na França em 2015 foram físicas em algumas ocasiões, mas consistiram principalmente em saques e profanações de locais de culto –por exemplo, a colocação de cabeças de porco diante das mesquitas–tentativas de incêndio, insultos a mulheres que usam o véu islâmico e discursos de chamamento ao ódio.

"Não há uma tipologia clara e muitos atos são ameaças e pichações antimuçulmanas cujos autores muitas vezes não são identificados", explica Gilles Clavreul, responsável pelo organismo oficial de luta contra o racismo. Os autores

costumam ser, principalmente, membros de grupos de extrema direita, de acordo com Clavreul. No total, em 2013 foram registrados 133 ataques deste tipo, frente a mais de 400 em 2015. Os dados, ainda provisórios, podem estar subestimados, admite Clavreul, porque nem todas as vítimas denunciam os ataques.

Um dos piores surtos de islamofobia aconteceu na semana passada no bairro popular de Jardins de l'Empereur, na cidade de Ajaccio, na Córsega. Centenas de pessoas se manifestaram durante dois dias com slogans como "estamos em nossa casa" e "árabes fora". No dia 25 à noite, um grupo chegou a saquear uma sala de oração muçulmana e um restaurante de kebab.

No início, a manifestação se apresentou como uma concentração pacífica de apoio a dois bombeiros e um policial feridos na véspera; cerca de vinte encapuzados os haviam atacado com bastões de beisebol e barras de ferro depois de atraí-los para o lugar com um incêndio provocado.

"Na Córsega, não cabe a violência nem o racismo", disse no dia 29 de dezembro o ministro do Interior da França, Bernard Cazeneuve, que visitou tanto o quartel dos bombeiros que sofreram os ataques da

véspera do Natal como o bairro de Jardins de l'Empereur. “Quero expressar minha mais forte desaprovação a quem perpetrou atos antimuçulmanos, racistas e xenófobos”, afirmou. A segurança será reforçada na cidade e especialmente no bairro afetado pelos incidentes. Para Clavreul, o aumento dos atos islamofóbicos em todo o ano é consequência direta dos atentados terroristas jihadistas de Paris: os de janeiro contra a revista satírica Charlie Hebdo e um supermercado judaico, nos quais 17 pessoas morreram, e os cometidos em novembro, que mataram 130 pessoas. Os ataques islamofóbicos

foram muito mais numerosos depois do primeiro ataque (76) do que após o segundo (34).

“Parece que houve uma tomada de consciência coletiva de que os responsáveis não são os muçulmanos da França, mas de que se trata de jihadistas organizados e coordenados de fora”, interpretou o ministro. A natureza indiscriminada dos ataques de novembro contra um estádio de futebol, vários terraços e uma sala de concertos, e nos quais diversos muçulmanos estão entre as vítimas, “deixou claro que era um atentado contra o conjunto da comunidade nacional”, acrescentou.

Fonte:

http://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/30/internacional/1451510403_463522.html - 03.01.2016

O êxodo de cristãos muda o Oriente Médio

No Oriente Médio, a fuga de refugiados cristãos modifica toda a região. “Uma desconfiança mútua entre os povos que será difícil de preencher até mesmo após o fim do conflito sírio”: foi o que disse o Padre Pizzaballa, Custódio da Terra Santa. As mudanças que afetam as estruturas políticas, mas também a cultura dos países árabes foram o foco do encontro “Cristãos no Oriente Médio e migrações forçadas”, organizado em Roma pela Associação Asvi e pela revista Oasis.

Iraque, Síria e Líbia, de acordo com o relatório anual da organização “Open Doors”, (Portas Abertas) sobre as perseguições religiosas estão entre os países mais ferozes contra os cristãos. Trata-se de milhares de pessoas forçadas a fugir de suas casas, junto com outras minorias. Padre Pizzaballa, fala sobre a brutalidade da qual o Papa Francisco define uma mudança radical:

“O Oriente Médio está mudando de forma radical e com uma brutalidade que não conhecemos nos séculos passados, pelo menos na era moderna: países que desaparecem – penso na Síria, no Iraque - e perseguição com base na religião. Tudo

isso tem como objetivo não apenas os cristãos, mas também os não-cristãos. Portanto devemos colocar a perspectiva cristã em um contexto mais amplo, articulado e complicado de entender. No Oriente Médio não se pode distinguir esfera religiosa e esfera política. O elemento religioso torna-se instrumental em oposição à econômica e política; penso nos sunitas e xiitas, Arábia Saudita e Irã. Os fundamentalismos, uma vez criados, se espalham aos cristãos e a todas as outras minorias”.

A esperança, diz o Padre Pizzaballa, é dada pelos cristãos vítimas de conflitos que permanecem no Oriente Médio sem os meios para sair, mas determinados a não renunciar à sua fé: “As pessoas normais precisam de tudo: água, luz, comida, trabalho ... Mas quando você visita e encontra as pessoas o que elas pedem é isso: “Padre, fique com a gente, precisamos de alguém que nos dê coragem”. (SP)

Fonte:

http://br.radiovaticana.va/news/2016/01/21/o_%C3%AAxodo_de_crist%C3%A3os_muda_o_orientem%C3%A9dio/1202679 - 21.01.2016

Número de cristãos assassinados na Nigéria ultrapassa os 9 mil

Segundo um relatório divulgado pela instituição Portas Abertas, em algumas áreas da Nigéria do Norte, a presença cristã foi literalmente apagada.

A quantidade de cristãos assassinados na Nigéria devido à perseguição religiosa varia entre 9 mil e 11.500. A partir do ano 2000, ao menos 1,3 milhões de cristãos foram obrigados a deslocarem-se dentro do país ou migrar; 13 mil igrejas foram destruídas ou obrigadas a fechar as portas; milhares de atividades econômicas, propriedades e

casas de cristãos destruídas. O balanço foi registrado no relatório “Crushed but not Defeated” (Esmagado mas não Derrotado), divulgado pela organização Open Doors/Portas Aberta e referido pela Agência Fides.

Segundo o relatório, em algumas áreas da Nigéria do Norte, a presença cristã foi literalmente apagada ou consistentemente diminuída, enquanto em outras áreas o número de fiéis cresceu devido ao fluxo de cristãos em fuga das violências e por um certo número de muçulmanos convertidos ao cristianismo.

“Para piorar, a coesão social entre muçulmanos e cristãos foi colocada em perigo. A confiança recíproca desapareceu substancialmente; cristãos e muçulmanos tornaram-se grupos sempre mais separados e distintos, reagrupados em periferias, bairros ou áreas rurais específicas”, adverte o relatório.

O documento mostra que além da etnia, o conflito político e a luta pela exploração dos recursos são conhecidas fontes de violência na Nigéria do Norte. Isto é, as causas das violências contra os cristãos são múltiplas e podem adquirir nuances religiosas, econômicas e sociais ao mesmo tempo.

De acordo com o relatório, os elementos da violência contra os cristãos na Nigéria do Norte estão ligados por um denominador comum de

fundo religioso: “defender os interesses dos muçulmanos do Norte, a identidade deles e a posição do Islã”. “Não somente o Islã radical – o Boko Haram é o exemplo mais conhecido – mas também os criadores muçulmanos Hausa-Fulani e a elite muçulmana política e religiosa do Norte são atores principais da violência que visa as minorias cristãs”, sublinha o documento.

Não obstante isto, existe ainda uma ampla presença cristã na Nigéria do Norte, com potencial de unidade e resistência. Mas a Igreja desta região – afirma o relatório – deverá procurar não fechar-se em si mesma, separando-se da sociedade. Deveria fazer o oposto, estimulada pelo seu impulso cristão em estar envolvida na sociedade e trabalhar pela justiça, a paz e a reconciliação, compartilhando os próprios recursos pelo bem de todos. Para fazer tudo isto – conclui o relatório – será necessária a ajuda da comunidade internacional para que a Igreja possa trabalhar pela renovação e a transformação da comunidade cristã e da sociedade nigeriana do Norte em geral.

Fonte: <http://www.csem.org.br/index.php/csem/noticias/4353-numero-de-cristaos-assassinados-na-nigeria-ultrapassa-os-9-mil> - 25.02.2016

ENGLISH

Muslims expected to surpass Jews as second-largest U.S. religious group

Michael Lipka

Two trends that are already well underway – the decline of Christians and the growth of religiously unaffiliated people as a share of the U.S. population – are expected to continue in the decades ahead, according to the Pew Research Center’s projections of major religious groups around the world.

But, if current demographic trends hold, there also will be other significant changes in the U.S. religious landscape: Judaism will no longer be the largest non-Christian religion in the country and, by 2050, Muslims are projected to be more numerous in the U.S. than people who identify as Jewish on the basis of religion.

Due in part to their continued migration into the country, Muslims are forecast to make up 2.1% of the U.S. population in 2050, up from 0.9% in 2010. Two other major factors are driving Muslim growth: They currently have the highest fertility rate and the

youngest median age of any major religious group in the U.S.

People who identify their religion as Jewish in surveys are projected to decline from an estimated 1.8% of the U.S. population in 2010 to 1.4% in 2050. The median age of U.S. Jews as of 2010 (41) was 17 years older than the median age for Muslims (24), while Jews, on average, have 1.9 children per woman compared with 2.8 for U.S. Muslims.

A 2013 Pew Research survey found that more than one-in-five U.S. Jewish adults (22%) say they are atheist, agnostic or nothing in particular, but still consider themselves Jewish. For the purposes of the projections, these “cultural” or “ethnic” Jews are categorized as unaffiliated and not included in the Jewish population. If the projected Jewish numbers were expanded to include cultural or ethnic Jews, it

is possible that the Jews (more broadly defined) might still outnumber Muslims in 2050.

In any case, Muslims are not the only American religious minority that is growing. Hindus, who make up another relatively young group that continues to be boosted by migration, are projected to double as a share of the U.S. population, from 0.6% in 2010 to 1.2% in 2050. Similar factors account for the modest expected rise in the share of Buddhists (from 1.2% to 1.4%).

Two other relatively small groups also are expected to grow. Members of "other religions" (a category for all those not categorized elsewhere in the

projections, including Sikhs, Wiccans and Unitarian Universalists) are projected to increase from 0.6% of the U.S. population in 2010 to 1.5% in 2050, while adherents of folk religions are forecast to increase from 0.2% to 0.5%. Religious switching into these categories, observed in recent surveys, accounts for some of the increases.

Altogether, minority religious groups – that is, everyone other than Christians and the unaffiliated – are expected to grow from roughly 5% of Americans in 2010 to about 8% in 2050.

Fonte: <http://www.pewresearch.org/fact-tank/2015/04/14/muslims-expected-to-surpass-jews-as-second-largest-u-s-religious-group/> - 14.04.2015

Diverse, desperate migrants have divided European Christians

Erasmus

How are the guardians of Europe's historically dominant faith reacting to the hundreds of thousands of people who are now trying to reach the continent's heart in search of relief from war or poverty? In two diametrically opposing ways. On one hand, European churches and religious charities have played a prominent role in succouring migrants and campaigning for them to be treated decently. On the other, politicians on the nationalist right are beating the drum of Christian nativism; they have redoubled their warnings about the threat to Europe's long-established religious culture.

And in several countries, that is leading to some harsh public arguments between rival camps and rival readings of Christianity: broadly speaking, between right-wing politicians and progressive clerics. In Italy, for example, Catholic churches and welfare agencies have found a new passion as helpers of poor migrants and as lobbyists for their interests. Pope Francis set the tone two years ago when he made a trip to the island of Lampedusa, where migrants were arriving, and made an eloquent denunciation of the "globalisation of indifference". The church's involvement with helping migrants predated that trip, and it has become even more visible this year. Today the pope urged every parish and religious community in Europe to accommodate a refugee family.

But not all Italian Catholics, or their would-be political representatives, approve. Over the past few weeks, there have been some cantankerous public exchanges between a senior prelate and a rising politician of the right. Matteo Salvini, leader of the Northern League party and advocate of a new

brand of Italian nationalism, has been sparring with Nunzio Galantino, the secretary of the Italian bishops' conference. In a barbed rebuttal of anti-immigrant stereotypes, Bishop Galantino said politicians who played on xenophobic feelings were themselves "street-pedlars" or travelling salesmen hawking worthless trinkets; Mr Salvini said that as an ordinary, fallible Catholic he was at least as entitled to speak out as any "communist bishop", and that he knew many people inside the church who shared his feeling that Italians must put their own interests first.

In Germany, progressive church leaders have been among the leading critics of Pegida, an anti-Muslim movement which has organised street demonstrations to denounce what it calls Europe's creeping Islamisation. Only a handful of clerics have taken a different view; for example, a certain Father Paul Spätling spoke at a Pegida rally, only to be silenced by his bishop on grounds that such xenophobia is "not compatible with the Christian message of love, kindness and inclusion." Meanwhile quite a lot of German churches are offering asylum to migrants (including Muslims) by letting them live on church property where the police cannot enter and deport them.

Both in Italy and across Europe, branches of Caritas, a Catholic humanitarian agency, play a big role in advocating for migrants' welfare, even in contentious situations. The network's French arm, known as Secours Catholique, hands out food and blankets to the people who have camped out in the port of Calais, determined to reach Britain. Its English branch, CAFOD, is lobbying the government to take in more refugees from Syria

and elsewhere. Caritas is also active among immigrants in Greece (see picture), even though Catholics are a small minority in that mainly Orthodox land. Greece is yet another country where the Christian response to migrants has been conflicted; Ieronymos, the Orthodox archbishop of Athens, has called on compatriots to be generous to all newcomers, while the ultra-rightists of Golden Dawn (whose rhetoric ranges from Christian nativism to neo-paganism) claim to have plenty of secret supporters in the ranks of the church.

But even for churches and charities who have no political agenda, the influx of migrants poses dilemmas. Without implying that they are indifferent to anybody's suffering, European churches have, as one would expect, condemned with particular ire the destruction of ancient Christian communities and institutions in Iraq and Syria, as well as the travails of Christians convicted for blasphemy or apostasy in places like Pakistan or Sudan. For some churches in Europe, the connection with co-religionists abroad is human as well as moral; in Britain, for example, there is a small but vigorous community of exiled Iraqi Catholics who are in close touch with kin in the old country.

Does that mean, then, the churches and church-based charities should also care more about refugees who are Christian than about others on the move? There is a range of different answers. Some charities have the explicit aim of protecting Christians in the Middle East and other rough places, and at least informally, that concern continues when the people in question move elsewhere. But there are also religiously-inspired charities like Christian Aid whose mission statements make clear that their aim is to fight poverty with equal concern for people of all creeds.

Another dilemma for religious relief workers: should they, at the risk of being seen to exploit the vulnerable, treat the succour of migrants as an opportunity to urge them to become Christian? In the front-line Italian port of Catania, a spokesman for Caritas insisted to RNS news service that his team helped all comers and avoided proselytising. "On Sunday we hold mass. Whoever wants can come, but there is absolute freedom." On the other hand, there is a Protestant pastor in Berlin who has baptised hundreds of immigrants from Afghanistan and Iran, according to a news report that has been widely circulated in recent days. While nobody can judge the sincerity of the converts' motivation, conversion will make it easier for them to gain asylum: they can now claim that if they were sent back to their homelands, they would be executed for apostasy. So for any refugee whose personal religious feelings are not very strong, switching from Islam to Christianity could be a prudent move.

Life might be easier for European churches if a neat line could be drawn between (i) benighted lands far away, where bad things happened and co-religionists had to be supported, and (ii) the flatter, more orderly playing-field of Europe where people could expect, from the moment they arrived, to be treated as free and equal human beings, so that no group needed or deserved more help or attention than any other. For better or worse, no such line exists. The bad developments of benighted lands have arrived in Europe's heart, and European churches are having to make their choices, some of them difficult, accordingly.

Fonte: <http://www.economist.com/blogs/erasmus/2015/09/migrants-christianity-and-europe> - 06.07.2015

For Some Muslim Asylum-Seekers In Germany, Christianity Beckons

Soraya Sarhaddi Nelson

Chancellor Angela Merkel says Islam is an integral part of modern-day Germany. But that hasn't kept thousands of Muslim asylum seekers from giving up their faith to become Christians in recent years.

The reasons they convert are complicated. Take Daoud Rahimi, for instance.

The 20-year-old Afghan, who arrived in Germany a few months ago, was one of dozens of asylum seekers attending a recent baptism class at the evangelical Lutheran Trinity Church in a Berlin suburb.

Like other Afghans seeking refugee status whom I've interviewed across Germany, Rahimi is quick to affirm his Muslim faith. After some prodding, he nervously admits he might convert to Christianity to avoid deportation, especially now that the German government is negotiating with Kabul to repatriate many Afghan migrants.

"If my country were safe, that wouldn't be a problem," says Rahimi, who is from a Taliban-rife province called Ghazni. "But it isn't, and if I return, my life will be in danger."

At Trinity, the Rev. Gottfried Martens says he sympathizes with Rahimi and others in his situation, but says that becoming Christian must be about faith and not fear. Martens says he or church elders interview students during their three-month baptism class to make sure their desire to convert is sincere. So far, Martens has converted hundreds.

"I talk to them personally to see whether they are really convinced that they are Christians, whether they really know the basics of the Christian faith," he says. "And when I see that this is not the case, then I don't baptize them, of course."

A Conversion Can Mean Permission To Stay

Those who are baptized here and at other churches get more than a new faith — they also get to stay in Germany.

Under EU rules, migrants aren't deported if they face persecution in their home countries for being converts. The EU provision can be especially important for Iranians and Afghans seeking asylum in Germany, given that they otherwise would have a difficult time gaining refugee status. In Iran and Afghanistan, penalties for conversion can include imprisonment or death.

Even so, converts are relatively few when compared to 4 million Muslims living in Germany. The exact number is unknown because German authorities do not track the religion of asylum seekers.

Martens says conversion is not an easy choice for these Muslims, since those who do convert are often ostracized, harassed or worse by relatives, friends and neighbors.

At Trinity, ex-Muslim converts dominate the active congregation of 900. Three-quarters of the congregation are Iranian. Most of the others are Afghan.

During the recent baptism class, Martens explained the meaning of Holy Communion in German, which a congregant translated into Farsi. The pastor said many of his Iranian students are already well versed in Christian practices, thanks to an underground evangelical movement in the Islamic Republic that comes from abroad and takes place in secret in people's homes.

"There is a big awakening going on in Iran at the moment," Martens says. "There are serious estimations going from 500,000 to 1 million secret Christians in Iran and the secret service is trying to

find them. And when they find them, of course, they have to flee and so they come here."

New Continent, New Religion

Disillusionment is also a strong motivator for conversions, said Jörn Thielmann, who heads the Erlangen Center for Islam and Law in Europe.

"In many cases, they grew apart from Islam after seeing it politicized or misused," he says.

Silas, a 25-year-old Trinity congregant who goes by his adopted Christian name, says he experienced that kind of disillusionment. The Iranian Kurd, who wears a silver cross necklace, refused to give his family name because it would endanger his relatives back in the Islamic Republic.

"When I was a teenager, I lived in Tehran, and because I was Sunni, I was in constant conflict with Shiites," Silas recalls. "So I studied a lot about my religion because I wanted to understand why we were better. In the end, what I concluded is that Islam was a big lie that a lot of people were falling for," he says bitterly.

Silas says he fled to Norway in 2012, after Iranian authorities tried to recruit him to spy on Iraqi Kurdish clans connected to his own. His asylum claim was rejected and the Norwegians tried to deport him.

He says he fled to Germany last winter and has been granted sanctuary by the Berlin church, which is protecting him while a six-month statute of limitations on his extradition to Norway runs out. After that period, Germany can consider him for asylum.

But Silas said that's not why he converted. His belief, he says, was born in a German camp on the border with Poland, where he made a friend who had a Bible.

"When I started to read the Bible, it changed me," he says. "I had a lot of questions and Pastor Martens said I should come to class and ask my questions. At first, I didn't want to be a Christian, I just wanted to understand it. But the more answers I got, the more I wanted to stay and I realized I was finding God."

He was baptized in May. Silas says he's so committed to his new faith that even if he were to be deported back to Iran, he would never give it up.

Fonte: <http://www.npr.org/sections/parallels/2015/11/09/454670739/some-muslim-asylum-seekers-in-germany-christianity-beckons> - 09.11.2015

Obama: Islam is a religion of 'peace, charity and justice'

Ruth Gledhill

President Barack Obama has called on Americans to "reach out" to their Muslim neighbours and even visit a mosque to break down stereotypes.

He criticised a tendency to blame terror acts such as 9/11 and the more recent atrocities in Paris and San Bernardino on the broader Muslim community.

Many Muslim Americans are worried because threats and harassment against their community are increasing, he said. "We've seen Muslim Americans assaulted, children bullied and mosques vandalised, and we've heard shameful political rhetoric against Muslim Americans that has no place in our country."

He was writing for Religion News Service after his speech to the Islamic Society of Baltimore was criticised by conservative commentators such as Breitbart and Pamela Geller.

He said: "Generations of Muslim Americans have helped build our country. They're the teachers who inspire our kids, and the nurses and doctors whom we trust with our health. They're the champions we cheer for – from Muhammad Ali to Kareem Abdul-Jabbar. They're the police and firefighters who keep us safe, and the men and women in uniform who have fought and bled and died for our freedom."

The attacks on Muslims tear "at the very fabric of our nation", he argued, describing Islam as having a "tradition of peace, charity and justice".

The President said: "Americans of all faiths can reach out to their Muslim American neighbors – perhaps even visit the nearest mosque – to help break down stereotypes and build understanding."

America could never be at war with Islam, he added.

"So we should never play into terrorist propaganda or suggest that all Muslims, or Islam itself, is the problem. That betrays our values. It alienates Muslim Americans. It helps our enemies recruit. It makes us all less safe."

He also called on Muslims to push back against extremist ideologies.

"This is not some clash of civilisations between the West and Islam; it's a struggle within Islam, between the peace-loving majority and a radical minority."

Fonte:

<http://www.christiantoday.com/article/obama.islam.is.a.religion.of.peace.charity.and.justice/79033.htm>

08.02.2016

The pervasive and systemic extent of Islamophobia

Randa Abdel-Fattah

A woman alleges she was raped in August 2002 in the city of Sydney. The alleged perpetrators spoke Arabic. Apparently 'for years' men were raping prostitutes in Kings Cross earning them the name: MERCs. Middle Eastern raping c----. There were a series of gang-rapes in Sydney in the early 2000s in South-West Sydney. Some of the perpetrators were Australians of Middle Eastern descent. Sexual assault is one of the least reported crimes.

This woman's sexual assault took place within the time range of these gang rapes. It was not reported. It was based on this constellation of 'facts' and unsubstantiated claims that Paul Sheehan wrote a column connecting Louise's claim of sexual assault to a rape 'epidemic' in Sydney in the early 2000s.

The thread that Sheehan uses to stitch together his story is a racist, matter-of-fact, common doxa that constructs a taken-for-granted figure of the

Muslim/Middle Eastern/brown man as rapist. This figure reifies a racialised discourse that stigmatises and maligns Muslim men wholesale via the rhetoric of criminalisation.

And it works. Because these have become the acceptable terms of how the media presents any story connected (even wrongly) to Muslims. And they are acceptable to a readership that largely takes their truth value for granted.

The production of this image of the Muslim man to be feared depends on what Goldsmiths' academic Sara Ahmed calls 'past histories of association'. The label rapist becomes a metonym that slides between words, remakes connections and stirs a history of Islamophobic narratives.

According to Sheehan's article (both the original and 'corrected' versions), as well as his poor excuse of a clarification, sexual assault is

foreclosed as a Muslim/Middle Eastern crime. It fits into a context where the image of the deviant, criminal, hyper-sexualised male Arab/Muslim has been firmly embedded by the media, commentators and certain politicians in the national psyche.

And this is the devastating and sobering reality Australian Muslims must contend with. The story had purchase, and was published and accepted as credible, because it speaks to an enduring and prevalent racialised stereotype of Muslim men. For example, Sheehan offers a general proposition: "Sexual assault is one of the least- reported crimes, and for years the NSW Police contributed to this phenomenon by pretending it did not exist".

Just in case readers were to make the mistake of assuming that this is a problem without an 'ethnicity', Sheehan then adds: "This was a root cause of the Cronulla riots." Cronulla works like Velcro to stick 'sexual assault' to Muslim/Arab male. In this sticking process, Sheehan also manages to hail the narrative that the Cronulla riots were a justified civilising mission.

Five thousand mostly Anglo-background young men who descended on Cronulla beach and attacked anyone 'of Middle Eastern appearance' were, according to this logic, provoked. All it takes is one short statement to form an assemblage of myths and tropes. There is no risk of ambiguity here. The message resonates because the myths and tropes endure.

What is at stake here is not Louise's story, but the logic that underpins Sheehan's original and 'corrected' story, and subsequent 'clarification'. The only 'evidence' for associating the gang rapes of the early 2000s to Louise's assault was that Louise did not report the rape. This was the "context" for Sheehan's "thinking".

Even now that he admits that her story "had been carefully constructed on a foundation of embellishments, false memories and fabrications", the connection that builds the algorithm remains. And it is an algorithm that has wider purchase because of a decade of cumulative and persistent images and narratives around the deviant Muslim male.

That this kind of reasoning process commands centre stage of the opinion page of one of the most important newspapers in the nation, speaks to the pervasive and systemic extent of Islamophobia. When it comes to Muslims, professional practice, critical faculties, editorial checks and journalistic integrity are suspended.

Muslim and brown men who have been maligned by association, stuck with the image of rapists, are merely offered a 'correction'. Apparently, then, the problem is not the logic that empowers somebody like Sheehan to write such a piece. The problem is in the details: uncorroborated facts, "untested aspersions against an ethnic group".

This, then, is racism's invisible and quiet power. Cumulative, sustained, unaccountable practices of racialisation which adhere like superglue to real bodies and lives are to be forgotten because, regrettably, they were 'untested'. The premise underlying the aspersions are not fundamentally racist. They are simply 'untested'.

There is an entire community of Muslim men, young and old, particularly those of Middle Eastern background, who are impacted by these kind of stories. They are forced to come of age, go to school, drive their cars, walk the streets, party with friends, hang out in a cafe, apply for a job, submit rental applications— all with the burden of sleazy, hyper-sexualised, perpetrator upon them.

This racist stereotype becomes their essence. Who they are in reality is utterly irrelevant. Stereotype becomes fact. What follows them through life is the haunting and exhausting work of proving themselves as the 'not rapist', 'not misogynist.'

While Sheehan has apologised to the NSW Police, he has not apologised to Muslim/Middle Eastern men. And why would he? The enduring figure of the bad Muslim male does not need to be 'tested'. For Sheehan, and many of his readers, it is fact, actual facts aside.

Randa Abdel-Fattah is the author of ten books and a doctoral candidate at Macquarie University.

Fonte: <http://www.smh.com.au/comment/the-pervasive-and-systemic-extent-of-islamophobia-20160225-gn3mj2.html> - 25.02.2016

Muhammad as Spirit of Truth: A Christian Testimony Against Islamophobia

Ian Mevorach

Islamophobia has been on the rise in the United States ever since 9/11. The Republican Presidential

primary has both revealed this troubling trend and exacerbated it. Trump and other politicians have

been trading on fear and hatred of Muslims for political expediency. They build on a foundation that has been laid, in large degree, by a consistent stream of Islamophobic rhetoric from the Christian Right. Now we have a xenophobic mood in this country that reminds people of the rise of Nazism in Germany.

When Hitler came to power in Germany, a vocal minority of Christian leaders--the Confessing Church movement--opposed Nazism. Among the leaders of this movement, Dietrich Bonhoeffer is the most notable. He died in prison after participating in a failed conspiracy to assassinate Hitler. In his prison writings, he disavowed Christian anti-Semitism and embraced the fact that Jesus Christ was a Jew. In doing so he broke with the historic anti-Semitism of Lutheranism and of Christianity in general which can be traced back to the early centuries of Christianity. For example, leaders like Archbishop of Constantinople John Chrysostom (mid-late 4th century), who is regarded as a saint, preached with hatred and vitriol against his Jewish neighbors, blaming them for killing Christ. His sermons incited mob violence against Jews. This kind of scapegoating of Jews is so entrenched in Christianity it can even be clearly seen in the Gospels themselves. In the Gospel of John Jews are called "children of the devil" and in the Gospel of Matthew Jewish bystanders at Jesus' execution say, "His blood be on us and on our children" (Matt 27:25, NRSV). Since the Shoah (Holocaust), mainstream Christians, including Protestants, Catholics, and Orthodox Christians have fundamentally revised our views on Jews and Judaism; we've acknowledged Christianity's historic anti-Semitism and no longer blame Jews for killing Christ or attempt to convert Jews to Christianity. Today, Christian leaders of conscience are called to take a vocal stand against Islamophobia. We are called to root Islamophobia out of our religion before it leads to another genocidal catastrophe.

As is the case with Christian anti-Semitism, Christian Islamophobia has deep roots. In the oldest Christian writings on Islam, St. John of Damascus' *Against Heresies* (8th century CE), Muhammad is presented as a heretic inspired by the devil; Islam itself is categorized as a Christian heresy. Tragically, this has been the dominant Christian assessment of Muhammad and Islam up until the present day, with influential figures such as Dante, Thomas Aquinas, and Martin Luther all making similarly inflammatory claims. In the 15th century, Nicholas of Cusa was distressed by the wars between Christians and Muslims and sought

to unify the religions theologically. However, he did not succeed and instead ended up writing a diatribe refuting the Qur'an and again framing Muhammad as a devil-inspired heretic. The most notable counter-example to this rather dismal tradition of Christian polemic against Islam is St. Francis of Assisi. During the crusades of the 13th century, Francis was successful in dialoging with Sultan Malek al-Kamil of Egypt and negotiating a truce between Christian and Muslim fighters. The Sultan was not interested in negotiating with the Pope or any other leader, but only with Francis, whom he admired and trusted as a person of integrity, peace, and devotion to God. The Christian Right in the United States has not invented Islamophobia, they are merely continuing this hateful vein of the Christian tradition. From the beginning, Christians have reacted to Islam in a spirit of competition and mistrust. Instead of embracing and appreciating Islam as a sibling faith, Christians have tried to discredit Islam. Now, in the 21st century, it is high time for Christians to acknowledge how wrong we have been. Islam is the second-largest religion on the planet and is an integral part of human civilization as we know it. Islam is a beautiful, complex religion that supports human dignity, arts and sciences, spirituality, economic, environmental and racial justice, and so much more. As Christians today we are called to acknowledge the integrity of Islam and embrace Muslims as brothers and sisters in faith. And the key, I believe, to making this paradigm shift is choosing to see Muhammad differently, in light of our faith.

Just as Bonhoeffer embraced the fact that Jesus Christ was a Jew, thus identifying himself as a Christian with and for Jews, so too Christians today have the opportunity to identify ourselves with and for Muslims by positively identifying Jesus with Muhammad. The foundation of Christian Islamophobia (fear of Islam) is a rejection of Muhammad as a spirit of error; the foundation of Christian Islamophilia (love of Islam) is an embrace of Muhammad as a spirit of truth. Jesus, in the Gospel of John, predicts the coming of a future prophet he calls "the spirit of truth":

"I still have many things to say to you, but you cannot bear them now. When the Spirit of truth comes, he will guide you into all the truth; for he will not speak on his own, but will speak whatever he hears, and he will declare to you the things that are to come. He will glorify me, because he will take what is mine and declare it to you. All that the Father has is mine. For this reason I said that he will take what is mine and declare it to you." (John 16:12-15, NRSV)

Today as Christians we have the opportunity to embrace Muhammad, the Qur'an, and Islam in an

expression of faith in Jesus. This kind of embrace would have major political implications and would radically alter the quality of Christian-Muslim relations. We have the chance now to acknowledge and let go of Christianity's polemical reactions against Islam, and to seek a collaborative relationship with Muslims. This crucial adaptation of Christianity--choosing to see Muhammad as a "spirit of truth" whom Jesus said would guide us into all the truth--will allow Christianity and Islam to work together for peace, justice, and the healing of Earth; it will help put an end to the predisposition of Christians to mistrust and fear Muslims.

In the Qur'an, Jesus says, "O Children of Israel! Truly I am the Messenger of God unto you, confirming that which came before me in the Torah and bearing glad tidings of a Messenger to come after me whose name is Ahmad" (61:6, The Study Quran). In this verse we have a vision of Jesus that affirms both Judaism and Islam; this is the vision of Jesus I believe that Christians are being called by God to adopt in the 21st century. Imagine a Christianity that could embrace the full Jewish-Christian-Muslim canon of sacred literature and engage in a free-flowing theological and ethical

dialogue with Jewish and Muslim neighbors. Imagine a Christianity open to the transformation and healing this dialogue would bring to the whole Abrahamic family of faith. Yes, Christianity has made major mistakes in regards to both Judaism and Islam; our tradition is replete with anti-Semitism and Islamophobia. But it is within our power to learn from our history and course-correct going forward. Our tradition's first assessment of Muhammad has been a disaster and has fueled centuries of conflict between Christians and Muslims. But it is not too late to recognize Muhammad as the one Jesus promises he will send to us: "the spirit of truth who comes from the Father, he will testify on my behalf" (John 15:26b, NRSV). "You also are to testify," Jesus says, "because you have been with me from the beginning" (John 15:27, NRSV). As faithful followers of Jesus, it is time for us to testify about the integrity of Muhammad and Islam, to testify that Jews and Muslims are our closest siblings in faith. This testimony can help set a new course for a century and a millennium of peace between Jews, Christians, and Muslims.

Fonte: http://www.huffingtonpost.com/ian-mevorach/muhammad-as-spirit-of-tru_b_9389642.html - 05.03.2016

How British Organizations Are Tackling Islamophobia

Opinion on how to tackle the problem is divided

Tara John

In a chintzy banquet hall in Wembley, London, soft boos punctuate the loud chatter. A 300-person strong crowd, ranging from an Anglican vicar to former Guantanamo Bay detainee Moazzam Begg, have gathered for the third iteration of the satirical Islamophobia Awards. The crowd's tepid response to the announcement that British Prime Minister David Cameron has won the U.K. category for Islamophobe of the year is explained partly by the distraction of dinner at the event organizers like to call 'the racism awards.'

Saturday's event, held by the U.K.-based Islamic Human Rights Council (IHRC), is one of the many initiatives aimed at spreading awareness of Islamophobia, which is on the rise in the U.K.. London's police saw a 60% rise in Islamophobic offences in 2015, from 667 offences recorded in 2014. Tell MAMA, an organisation that monitors Islamophobia, counted around 2,500 incidents for the whole of the U.K., but believes the number may be in the tens of thousands as studies have shown that the majority of hate crimes go unreported.

Fiyaz Mughal, who heads Tell MAMA, believes that the Islamophobia Awards, "trivializes" what should be a serious matter. "Some people may not like what the Prime Minister does but this is not the way to deal with it. These are senior political members of our country and our job is to lobby them, our job is to speak to them and give them the facts and hopefully build better, cohesive societies" he says. "Our job is not to mock them and by doing so create a 'them and us.'" His organization has been working with police forces around the country to help collate data that will, hopefully, inform future policy on Islamophobia.

The police have taken steps to bring awareness to the issue: in 2015, David Cameron announced that anti-Muslim hate crimes, which had previously not been distinguished from wider hate crimes, would be recorded in their own separate category. Chief Superintendent Dave Stringer of London's Metropolitan Police says they are working on raising awareness around Islamophobia with young Muslims, who tend to shy from reporting anything to

the police. “We have a large number of schools officers and their role is to engage with young people” he says. “I would argue it has resulted in an increase in hate crime reports.”

According to Miqdaad Versi, spokesperson for the Muslim Council of Britain (MCB), Islamophobic attacks can range from “verbal assaults and attacks on social media on the lower end... to a more violent situations and attacks on mosques.” In February, the MCB, one of the country’s biggest umbrella groups for Muslim organisations, organised ‘Visit my Mosque Day,’ which saw thousands of people visit some 80 mosques across the country. The day was organized with the aim to allow Muslims “explain their faith and community beyond the hostile headlines.” Positive and high-profile campaigns like that is what works says Miqdaad, by demystifying the other side and nurturing social acceptance among communities.

Versi believes that strong leadership from public personalities is also needed to publicize the issues of Islamophobia. He describes the controversy surrounding the contentious headline published by the Times of London on Feb. 20, which read: ‘Imam beaten to death in sex grooming town.’ More than 400 complaints were made over what was seen as the paper conflating the faith of the now deceased Jalal Uddin with the town’s past child abuse

scandals, reports the Guardian. In response, Manchester’s police Force, Ian Hopkins, wrote a public letter to the Times demanding an immediate apology for offending “the thousands of peaceful, law-abiding Muslims and non-Muslims living in Rochdale.”

“It was fantastic he did that. It demonstrated leadership from him” says Versi, citing the 2014 roundtable discussion about Islamophobia in Europe held by the Swedish government, which concluded that Islamophobic rhetoric is spread when the media makes regular associations of Islam and Muslims with crime and terror.

The MCB declined to comment on the Islamophobia Awards, but opinion on whether the event helps or hinders efforts to tackle the problem is clearly divided. Yet the show’s organizers point to comments such as those made by Donald Trump, the eventual winner of the ‘Islamophobe of the year’ title, to illustrate the need to focus attention on the issue. “It is important for you to enjoy yourselves as we make a serious point” says Massoud Shadjareh, the director of IHRC. “We are allowing this environment of hate to exist... where it is becoming socially acceptable to say those things about Muslims.”

Fonte: <http://www.csem.org.br/index.php/csem/noticias/4394-how-british-organizations-are-tackling-islamophobia> - 07.08.2016

ESPAÑOL

“Los musulmanes europeos no desean diluirse sino integrarse”

Joseph Confavreux y Carine Fouteau

En el momento en que los atentados de enero han relanzado los debates sobre las relaciones entre identidad europea e islam, Nilüfer Göle ha estudiado la realidad cotidiana de los musulmanes en los diferentes países de la UE para comprender verdaderamente qué hace el islam en Europa y viceversa.

Con *Musulmans au quotidien*, une enquête européenne sur les controverses autour de l’islam (La Découverte, 2015), la socióloga franco-turca Nilüfer Göle traza un esclarecedor panorama general de un islam de Europa que hace aparecer y hablar a unos protagonistas a menudo invisibles

e inaudibles aunque mayoritarios, ciudadanos comunes y corrientes de la cultura musulmana.

Practicantes o no practicantes, inmigrantes o convertidos, feministas o imanes, consumidores de alimentos halal (alimentos permitidos por el islam. NT) o defensores del patrimonio islámico europeo, esta galería de retratos ausentes en las polémicas mediáticas sobre el islam, refleja otra historia diferente a la del choque de las civilizaciones europeas y musulmana que enfrenta a las derechas radicales y los yihadistas. La autora la ha confeccionado a partir del resultado de una encuesta realizada durante cuatro años, de 2009 a 2013, en 21 ciudades de diferentes países

Europeos De Toulouse a Sarajevo pasando por Amsterdam y Birmingham con un equipo de investigadoras e investigadores y personas doctorandas de la École des hautes études en sciences sociales (Escuela de estudios superiores en ciencias sociales).

Tejiendo un tapiz sociológico para que aparezca un motivo político, Nilüfer Göle y su equipo constatan que en el mismo momento que en Europa no sabe cómo avanzar, “la esfera pública europea se construye allá donde no se espera, alrededor de los asuntos del islam. El lugar del islam en Europa, sus lugares de culto, su herencia y la presencia actual de musulmanes constituyen temas de debate, temas ‘calientes’, con un pesado bagaje histórico de afectos y resentimientos”.

Frente a esto, ¿cómo se puede dejar de pensar en la presencia de musulmanes en Europa como una minoría, que algunos consideran molesta, en lugar de un componente de Europa? ¿Cómo alrededor de las mezquitas europeas, islam de migrantes, islam nacional, e islam global discuten su diferente interpretación de la religión? ¿Por qué las mujeres son las figuras centrales de la transformación del islam de Europa?

Un cúmulo de preguntas que solo una socióloga de la vida cotidiana puede esperar resolver, lejos de las broncas televisivas y políticas.

J. Confavreux y C. Fouteau: ¿Existe una cultura musulmana europea común en los diferentes países de la Unión?

Nilüfer Göle: Se está creando, especialmente a través de la forma de hacerse visible, que es parecida para los musulmanes de todos los países europeos: alrededor de las mezquitas, del velo, del hecho de comer halal y de todos esos elementos que permiten seguir siendo musulmán viviendo en Europa. Esta cultura es diferente de la cultura musulmana donde el islam es la religión mayoritaria. Durante mucho tiempo, los musulmanes que vivían en Europa estuvieron acomplejados. Cuanto más piadosos eran, más difícil les resultaba ser a la vez musulmán y europeo, y pensaban que para ser un verdadero musulmán era necesario ir a un país mayoritariamente musulmán, a ser posible árabe.

Este complejo se ha atenuado. He encontrado a muchas personas que habían hecho ese viaje a un país de mayoría musulmana y se habían decepcionado. No lo habían soportado porque ciertamente se sentían musulmanes pero también europeos.

Muchos no aceptaban, en particular, algunos aspectos de la ley islámica sobre la desigualdad entre los sexos o los castigos corporales. No poder proyectar la fe en un Estado, él mismo islámico, modifica la forma de vivir esta fe.

El aprendizaje de la religión es también muy diferente. La emigración ha roto las cadenas habituales de aprendizaje de la religión vía el barrio, la mezquita, el imán, la comunidad, la familia... En todos los países europeos hay una floración de nuevos lugares de aprendizaje del islam, bajo la forma de institutos de cultura del islam.

No existe una condición homogénea de los musulmanes europeos, pero el hecho de vivir su fe en un contexto europeo, de estar confrontados a experiencias de vida a la vez seculares y religiosas, crea una cultura específica. Esta interfaz, esta doble pertenencia, este doble trabajo, dan una conciencia mucho más aguda a los musulmanes de Europa, de su fe y de sus prácticas, conciencia que, a su vez, transforma su cultura religiosa y social tanto en el espacio público, en la relación con el otro o en las relaciones entre los sexos.

Todo esto debe construirse y reconstruirse, porque cada vez que un musulmán europeo vive su fe como un elemento personal, al mismo tiempo está confrontado a una percepción pública que es muy diferente de la que sería si viviera en un país de mayoría musulmana y en un estado islámico. Los musulmanes de Europa deben hacer entrar en contacto su propia fe y la percepción pública de ésta, la cual cristaliza las controversias que conocemos sobre el velo, el burka o la construcción de mezquitas...

Estas controversias alrededor del islam en Europa, ¿son convergentes en los diferentes países de Europa, aunque cada espacio nacional tiene una relación y una historia divergente sobre la posición de la religión, el pasado migratorio o la representación de la comunidad nacional?

Durante mucho tiempo se ha pensado que existía una excepcionalidad francesa sobre la laicidad o una británica sobre el multiculturalismo. Sin embargo, en el nuevo paisaje europeo, incluso en Gran Bretaña y los Países Bajos, a priori más abiertos a la presencia pública de musulmanes en su suelo, se resaltan sus “valores”, su “identidad” a la hora de preocuparse. El giro identitario es general y las controversias circulan a nivel europeo como se ha visto a propósito de la construcción de mezquitas después del referéndum sobre la cuestión de los minaretes en Suiza. Pero algunas

controversias son a nivel local, o nacional como la de la circuncisión de los niños en Alemania.

Sin embargo, incluso si las controversias sobre el islam se plantean y se repiten a escala europea, la forma como se enmarcan los temas de debate varían. En Francia, gira alrededor de la laicidad. En Alemania, sobre la *Leitkultur* (“cultura de referencia”). En los países nórdicos, donde los derechos de las minorías sexuales son muy importantes, se pone el acento en ellos, mucho más que en la igualdad entre los sexos. En Italia, la cuestión del islam pasa por el prisma de su relación con el catolicismo.

Pero cada país, con sus referencias, plantea la misma cuestión: “¿En qué condiciones pueden ser integrados los musulmanes?” Con todo, efectivamente, la presencia musulmana en Francia o Alemania no tiene la misma historia, porque en una nación es consecuencia de un proceso colonial, al contrario de la otra. Sin embargo, muchos de los interrogantes sobre el papel y la naturaleza de un islam europeo son hoy en día semejantes.

¿Se notan cortes generacionales importantes entre los musulmanes europeos?

No he hecho una encuesta cuantitativa, pero existe, un efecto generacional. Por ejemplo, los padres insistían mucho sobre el haram, lo prohibido, mientras que las generaciones recientes insisten en el halal, lo que es posible hacer, lo lícito.

Pero esta diferencia generacional se ve también en la actitud frente a la sociedad europea. Las generaciones más antiguas a menudo preferían vivir su fe de forma discreta, retirados, porque no sentían que pertenecieran verdaderamente al país en el que vivían. Las generaciones más jóvenes, que se sienten europeas, piden más integración en la ciudadanía europea y a la vez están mucho más enfrentados a los valores públicos de Europa.

En el libro, doy el ejemplo de una mujer musulmana que lleva pañuelo y que se presenta a las elecciones en Dinamarca insistiendo sobre su tolerancia frente a las minorías sexuales. Actualmente a los musulmanes se les pide que den pruebas de que se acomodan a esta cultura europea. Esta generación deseosa de vivir en los países europeos y de tener una presencia en la vida pública, que quiere aproximarse a los demás y no vivir replegada en su comunidad, continuamente es requerida a mostrar que comparte ciertos

valores comunes, aunque está impregnada de esos valores comunes.

¿Existen comunidades musulmanas en los países de Europa que ha estudiado; o bien su cotidianidad como ciudadanos y como creyentes o no creyentes es demasiado heterogénea para constituir un hecho comunitario?

No es posible identificar a los musulmanes europeos en tanto que comunidades. Los musulmanes europeos son difíciles de ser percibidos en su conjunto porque son ciudadanos corrientes pero que manifiestan también, en razón de su fe, algunas diferencias en la vida pública. Estas diferencias pueden crear errores de percepción porque la mayoría de los musulmanes europeos, la mayor parte de los cuales se dicen italianos o alemanes antes que turcos o marroquíes, no desean diluirse, sino integrarse en un planteamiento de la ciudadanía que no es una asimilación conforme y completa con los valores dominantes sino un acuerdo entre sus dos pertenencias.

Se habla siempre de los musulmanes como de un problema porque se evocan los espacios que plantean problemas: las cárceles, las escuelas, los barrios calificados como guetos... En todos esos lugares, efectivamente, se constatan problemas de marginalización y de delincuencia que es preciso asumir. Sin embargo, desde hace 20 o 30 años, se manifiesta en la vida pública por toda Europa una presencia musulmana fuera de estos lugares problemáticos... ¿Qué decimos de esas clases medias ya integradas, que no forman una comunidad homogénea u organizada pero que, sin embargo, viven su fe en un espacio público europeo del que ya forman parte, en la escuela, en las empresas, en los centros de la ciudad? No existe un lenjuaje, un reconocimiento, para hablar de todos esos musulmanes que no están ni en un proyecto comunitarista ni en una lógica de radicalización.

¿Significa esto que, a pesar del rechazo a veces virulento encarnado por la derecha radical y las polémicas mediáticas recurrentes e histéricas, existe una aceptación global del islam europeo?

Si se reduce el espacio público a una serie de polémicas mediático-políticas, no se puede ver lo que muestra nuestro estudio. Si nos interesamos por la cotidianidad de los musulmanes corrientes, se constata la capacidad de establecer lazos y hacer sociedad. Por ejemplo, construir una mezquita supone intensas relaciones con el

ayuntamiento y el vecindario y también supone integrarse a partir de ahí en la vida diaria... Pero no existe el lenguaje político para hablar de esto y hay un desfase respecto de la experiencia real vivida, porque se retienen sobre todo los carteles de propaganda suiza con minaretes mostrados como fusiles, y no se presta atención a lo que pasa normalmente cuando se construye una mezquita...

A propósito de esto, ¿qué enseña el ejemplo de la mezquita de Colonia?

Para mí, una aproximación en términos de nueva cultura pública pasa más por la invención de un nuevas formas estéticas que por nuevas leyes de ordenación de cultos. El ejemplo de Colonia es un ejemplo de creatividad y de innovación que hace lo contrario de la construcción de mezquitas copiadas del país de origen, financiadas por países extranjeros e importadas tal cual a Europa.

Las formas son importantes, por lo menos tanto como lo que pasa por la cabeza de la gente, porque el espacio común incluye también los monumentos, la visibilidad de los símbolos. Construir una mezquita cerca de una catedral, a fortiori en una ciudad en la que la catedral es un símbolo de la ciudad como es el caso de Colonia, permite encaminarse a una sociedad más inclusiva. Obviamente esto desencadena un debate, pero al mismo tiempo permite ver cómo se puede, o no, superar los antagonismos.

Construir esta mezquita en Colonia no es solamente una respuesta a la falta de espacios de oración, porque estos ya existen. Pero esto permite decir: "Estamos aquí y estamos orgullosos de nuestra presencia en esta ciudad al lado de la catedral". Autorizar a los musulmanes a construirla al lado de la catedral es una forma de reconocimiento.

Así pues, lo importante es la acomodación recíproca que se hace a partir de una experimentación de formas, con la elección de materiales transparentes y una fachada y una cúpula de vidrio, que van al encuentro de un islam oculto y disimulado, pero también el hecho de dirigirse a un arquitecto alemán conocido por ser especialista en la construcción de iglesias o también por el respecto a las formas estéticas próximas del entorno arquitectónico.

Se puede pensar que si los musulmanes de Colonia hubieran propuesto construir una mezquita con un minarete clásico, sin ningún elemento de modernidad al lado de la catedral, quienes se oponían a esta construcción hubieran ganado la

causa. Ciertamente hubo una movilización contra esta mezquita, pero provocó una movilización en contra más importante al considerar que esta mezquita moderna podía inscribirse en el patrimonio de la ciudad.

Se llegó a un compromiso colectivo en el que la forma de la mezquita muestra qué islam europeo se desea crear, y cuya construcción revela la integración previa y necesaria de los musulmanes, porque hay que negociar con el ayuntamiento, tener redes, contactos, dinero... Sin duda, la cuestión de la financiación de las mezquitas y de la formación de imanes es importante, pero la elección de no hacer una mezquita "nostálgica", idéntica a la que existe en Turquía o Marruecos, y la capacidad de ponerse de acuerdo con los otros habitantes de Colonia es para mí emblemática del futuro de Europa y de los musulmanes en Europa, que pasa por la creatividad y el debate sabiendo lo difícil que es.

La forma de las mezquitas que se construyen hoy en Europa me parece esencial para definir el islam europeo, que no puede pasar solamente por los dogmas. Precisamente es en Europa donde se produce la reflexión más enriquecedora sobre el lugar que pueden ocupar las mujeres en las mezquitas. En las mezquitas tradicionales, entran por las puertas secundarias y son relegadas a espacios subalternos. Inventar formas nos guía para pensar de otra manera, porque el lugar donde nos reunimos para rezar y la forma en que se integra en la ciudad actúan sobre la forma cómo se concibe la religión y su relación con la vida pública.

¿Existen otros ejemplos de acomodación aparte de la construcción de mezquitas originales?

Sí, especialmente a través de la convergencia entre la búsqueda del halal, sea para la alimentación o para productos de belleza, y toda la moda de lo bio, de lo orgánico y de la alimentación vegetariana. El islam de Europa concuerda con esas modas de vida moderna y permite no oponer un islam pretendidamente arcaico a los valores europeos necesariamente modernos. Los musulmanes de Europa se enfrentan continuamente a cuestiones normativas religiosas importantes y a experiencias vitales europeas y buscan acomodarse a las dos. Pero existe una capacidad de reflexión sobre su religión y su vida que puede desembocar en prácticas innovadoras.

¿Que se puede deducir del caso de los tribunales de arbitraje islámico que existen en Gran Bretaña al lado de la justicia tradicional? Y de forma más

más general, ¿hasta qué punto de pueden armonizar las normas respectivas del islam y del derecho europeo?

En Inglaterra, el arzobispo de Canterbury provocó polémica al explicar que era posible acomodar el valor de la Ilustración y la sharia. Se basaba en que los tribunales de arbitraje hacían parte de ese trabajo puesto que la gente había recurrido a ellos, por ejemplo, para divorciarse, preocupados por estar en regla a la vez con la ley islámica y las leyes del país en que vivían. Vemos como estos tribunales de arbitraje, pensados inicialmente como espacios específicos para los musulmanes, se convierten en espacios de aprendizaje de las leyes británicas y que incluso no musulmanes recurren a ellos porque aparecen como instituciones próximas y rápidas...

Hoy la pregunta es: "¿Cómo el islam que no es una religión intrínseca puede convertirse en una religión de Europa?" O: "¿Qué puede impedir al islam ser una religión de Europa cuando muchos musulmanes viven en el continente?" Mi posición es que para pensar en el islam como una religión de Europa que no se vive exactamente como se vive en los países mayoritariamente musulmanes, hay que experimentar, no regular. Ya existen leyes, más bien hay que explorar formas de desregulación del espacio público. Creo que hoy no basta con decir: "Existe un espacio nacional con valores nacionales definidos desde arriba y si quieres integrarte, hay que plegarse a eso". Más bien hay que hablar y discutir los valores del espacio público cotidianamente, en el día a día.

Sin duda, la cuestión es saber cómo crear alguna cosa en común y es necesario que juristas, políticos, y filósofos se ocupen de ese tema. Pero si se definen de entrada y en abstracto normas no

negociables y sin ningún recorrido posible por parte del islam o de los valores europeos, no se llegará a nada.

Esto no quiere decir que no haya leyes, sino que hay que confrontar las realidades sobre el terreno para definir las normas que implican esas leyes. Se modificaron las normas sobre homosexualidad en función de experiencias de vida singulares y de los debates que esto generó en el espacio público. Por eso es fundamental interesarse por las experiencias de vida de los musulmanes europeos. Debido a que lo común está definiéndose, los yihadistas intentan destruirlo, en Francia o en otros lugares. Quieren horrorizar a Europa y confiscar la vivencia musulmana para impedir la creación de una forma de ser musulmán en Europa.

¿Es necesario, y en caso afirmativo cómo, definir los contornos de un islam europeo en términos de dogma y de práctica? ¿Existen personas que llevan a cabo este "aggiornamento"?

Tariq Ramadan es la única figura europea que destaca en este tema, porque ha desacomplejado el sentimiento de los musulmanes dándoles un marco teológico compatible con el hecho de vivir en un país europeo, siendo a la vez europeo y musulmán, con una doble pertenencia. Ha explicado a los musulmanes que vivir en un país europeo no es un impedimento para su fe, en el momento que los musulmanes europeos se han definido poniendo distancia en relación con el país de origen de sus padres. Para mí, la crispación alrededor de esta figura muestra, más que sus ambigüedades, la dificultad de aceptar a los musulmanes europeos en la esfera pública.

Fonte: <http://www.vientosur.info/spip.php?article10171> – 09.06.2015

Cómo la religión se metió de lleno en el debate sobre la crisis migratoria de Europa

La herencia cristiana de Europa está en peligro, escribió el primer ministro de Hungría Viktor Orban en un diario alemán, evidenciando el papel de la religión en la crisis migratoria que enfrentan los países europeos.

"Es una cuestión importante, porque Europa y la cultura europea tiene raíces cristianas. ¿Y acaso no es preocupante que la cultura cristiana de Europa apenas esté en condiciones de defender sus propios valores cristianos?", remarcó en el artículo de opinión, publicado por el Frankfurter Allgemeine.

Con ello advertía a Europa del supuesto "riesgo" de asilar a familias musulmanas, de entre los miles que huyen de la guerra en Siria, Irak o Afganistán.

Lo escribió mientras Alemania y Francia presionan para que los estados miembro de la Unión Europea acepten una cuota obligatoria de refugiados.

Y también cuando miles de ellos atraviesan Hungría con rumbo a Austria, para de ahí llegar a Alemania.

Budapest, la capital húngara, ha sido testigo de escenas de caos: la policía se ha enfrentado a los

refugiados, haciendo más difícil su tránsito por el país.

En este contexto las palabras del político, de extrema derecha, generaron reacciones.

"Solidaridad y sacrificio"

Una de las respuestas más contundentes fue la del presidente del Consejo de Europa, el ex primer ministro polaco Donald Tusk.

"Al referirse al cristianismo en un debate público sobre la migración se debe hablar, en primer lugar, de la disposición a mostrar solidaridad y sacrificio", dijo el jueves.

"Para un cristiano no debería importar la raza, la religión o la nacionalidad de la persona necesitada", añadió Tusk, quien propone que Europa acoja a 100.000 refugiados.

Asimismo, el presidente del Parlamento Europeo, el alemán Martin Schulz, tachó de "egoísta" la postura del húngaro.

Sin embargo, para Orban "lo moral y lo humano" es advertir a los migrantes lo siguiente: "No vengan. ¿Por qué tienen que venir de Turquía a Europa? Turquía es un país seguro. Quédense allí. Es peligroso venir aquí".

Así dijo durante una intervención en el Parlamento Europeo, cuando insistió en que la ola migratoria sin precedentes es "un problema de Alemania".

Sólo cristianos

Pero el primer ministro húngaro no es el único que propone un criterio religioso para hacer frente a la crisis.

El gobierno de Eslovaquia, otro país del este, anunció el 20 de agosto que sólo aceptará a cristianos entre los 200 refugiados que debe acoger de acuerdo al plan inicial de la Unión Europea.

En una entrevista concedida a la BBC, el portavoz del Ministerio del Interior de Bratislava, Ivan Metik, trató de justificar la decisión alegando que los musulmanes no serán aceptados porque "no se sentirían como en casa" en un país de cultura cristiana.

"Podríamos acoger a 800 musulmanes, pero no hay mezquitas en Eslovaquia. ¿Cómo se van a integrar los musulmanes si no les va a gustar estar aquí?".

Y el propio primer ministro de ese país, el socialdemócrata Robert Fico, volvió a insistir la

semana pasada en su rechazo a un sistema de cuotas.

"Nos oponemos firmemente a cualquier tipo de cuotas. Si se adopta un mecanismo de redistribución automática de migrantes, nos despertaremos un día con 100.000 personas del mundo árabe. Es un problema que no me gustaría que Eslovaquia tuviera".

Ya a principios de agosto, la localidad de 5.343 habitantes de Gabčíkovo, al sur de Eslovaquia, votó un "no" rotundo en referendo sin precedentes a la acogida temporal de 500 refugiados.

Estos intentaban tramitar su asilo en la vecina Austria, pero los centros de acogida allí estaban saturados.

"Estoy muy feliz de que el resultado refleje la postura de los ciudadanos", dijo el alcalde de la localidad, Ivan Fenes, al conocer el resultado de la votación.

"No queremos refugiados en nuestro municipio", agregó.

Mientras que en Estonia, país que ha acogido a menos de 100 refugiados, la policía investiga un incendio sospechoso en una vivienda que albergaba a víctimas de la guerra de Siria.

El rechazo a la inmigración musulmana ha sido, en los últimos años, una de las principales banderas de la extrema derecha en toda Europa.

Contra la "islamización de Occidente"

Más allá del bloque del Este, en otras partes de Europa también se ha vinculado la ola de migración con una amenaza para los valores cristianos.

Ya en 2009 Suiza prohibió los minaretes en las mezquitas.

Lo hizo después de someter la iniciativa a referendo y que 57,5% de los suizos la apoyara.

Pero la manifestación más reciente del sentimiento antiislámico tuvo lugar en Alemania.

El 5 de enero de este año un movimiento de extrema derecha logró convocar a 18.000 personas contra la "islamización de Occidente" en Dresden, Sajonia, un estado de la exrepública Democrática Alemana con serias dificultades económicas.

"Patriotas Europeos Contra la Islamización del Occidente" (Pegida, en alemán) llevaba desde octubre organizando protestas similares cada lunes, para reclamar más restricciones al derecho de asilo en el país con mayor acogida de inmigrantes.

Aunque el movimiento se encontró también con un fuerte rechazo de la opinión pública alemana.

La catedral de Colonia apagó sus luces a modo de rechazo durante la manifestación que organizó Pegida en esa ciudad.

Y en las mayores contraprotestas participaron 5.000 personas en Berlín y unos 22.000 manifestantes antiPegida tomaron las calles de Sutthary, Muenster y Hamburgo, según informó la agencia DPA.

Además, en ese país 780 personas se inscribieron en una iniciativa para acoger inmigrantes llamada Refugees Welcome (Bienvenidos, refugiados) y 26 personas ya fueron ubicadas en casas privadas.

Europa frente al islam

Tanto el terrorismo como la extrema derecha buscan la creación de comunidades musulmanas separadas de la sociedad occidental

Lluís Bassets

Unos, como Donald Trump, lo dicen de forma insultante y grotesca. Otros con argumentos históricos y eruditos, como Niall Ferguson. Pero el mensaje es idéntico y alarmante. Es el fin de la civilización occidental, a la que ha declarado la guerra el terrorismo yihadista. Si el multimillonario estadounidense que pugna por la candidatura republicana a la Casa Blanca culpa directamente a Angela Merkel por abrir las puertas a los refugiados sirios, el historiador británico considera que la actual situación de la Unión Europea es muy similar a la caída de Roma por la invasión de los bárbaros.

“Como el Imperio Romano a principios del siglo V”, ha escrito Ferguson en un artículo publicado en estas mismas páginas, “Europa ha dejado que sus defensas se derrumbaran. A medida que aumentaba su riqueza han disminuido su capacidad militar y su fe en sí misma. Se ha vuelto decadente, con sus centros comerciales y sus estadios. Al mismo tiempo, ha abierto las puertas a los extranjeros que codician su riqueza sin renunciar a su fe ancestral.” (París, víctima de la complacencia, EL PAÍS, 19 de noviembre de 2015).

No se trata de ideas marginales o de locuras demagógicas. Basta observar la evolución del mapa electoral europeo de los últimos años para percibir cómo ideas similares prosperan y se instalan en las sociedades y en los gobiernos. Con la excepción realmente notable y curiosa de la Península Ibérica —que requeriría una reflexión sobre las peculiaridades de España y Portugal para

Como ellos, 11.000 islandeses se ofrecieron a dar refugio a quienes huyen de la guerra de Siria.

Y con ello demostraron que, además de líderes, hay muchos ciudadanos en Europa que no comparten el temor del primer ministro húngaro o el eslovaco.

Eso se observó con más claridad este fin de semana en Munich, cuando una multitud recibió con vítores a los primeros inmigrantes que llegaron a Alemania luego de atravesar a pie más de media Europa.

Fonte:

http://www.bbc.com/mundo/noticias/2015/09/150904_crisis_migratoria_europa_debate_islam_musulmanes_religion_hungria_paises_este_lv
- 07.09.2015

que no cuenten en sus parlamentos con la lacra de partidos xenófobos y racistas—, Europa se está convirtiendo en un continente cada vez más inclinado hacia la derecha más extrema, con ya dos países como Hungría y Polonia en manos de partidos antieuropeos y xenófobos.

La dificultad para gestionar la doble crisis de los refugiados sirios y del terrorismo yihadista es enorme. Es evidente que una y otra solo tienen que ver en el origen: la inseguridad provocada por el califato terrorista está expulsando a centenares de miles de civiles que buscan refugio y prosperidad allí donde puede estar, que es en Europa. Aunque es cierto que algunos de los autores de los atentados de París se camuflaron entre los refugiados para cruzar fronteras, estos últimos no son causa sino efecto del terrorismo yihadista y solo la demagogia de quienes amalgaman islam y terror, como hacen Trump y los Gobiernos húngaro y polaco, permite deducir que hay que prohibir la entrada de musulmanes a Occidente.

No son tan solo los Gobiernos de extrema derecha los que propugnan políticas de extrema derecha. Entre las propuestas para combatir el terrorismo barajadas por el presidente francés, el socialista François Hollande, hay ideas que atentan al concepto republicano de ciudadanía, como sería la creación de dos clases de ciudadanos, los que tienen ancestros franceses de pura cepa y los que son inmigrantes de segunda generación ya nacidos en Francia, los únicos a los que se podría

desposeer de la nacionalidad; o la alternativa, todavía más extravagante, de que cualquier francés pudiera ser desposeído.

Lo peor de la propuesta es su intención electoralista y sus nulos efectos disuasivos: ¿acaso un yihadista suicida va a preocuparse por su nacionalidad? Si prospera, quedará erosionada la idea francesa del *ius solis*, derecho de la tierra que declara francés a quien nace en territorio francés, opuesta al *ius sanguinis*, el derecho de sangre etnicista, que da la nacionalidad solo al hijo de quien ya la tiene. Hollande teme a Sarkozy, quien a su vez teme a Marine Le Pen, y lo que al final está en juego es que en mayo de 2017 la presidencia francesa caiga también en manos de la extrema derecha y Europa se haga más oscura, más negra.

Si Hollande se juega la presidencia en el combate contra el terrorismo, Merkel se juega la cancillería en la gestión ordenada de la oleada de refugiados (1,1 millones) que han llegado a su país en 2015. El año 2016, decisivo para competir en buenas condiciones en las elecciones en 2017, no ha empezado con buen pie para la canciller que se propuso convertir la integración de los refugiados en el gran reto alemán y europeo. La mala noticia se la proporcionaron los numerosos robos y agresiones sexuales a mujeres por parte de centenares de jóvenes, identificados por la policía como norteafricanos, principalmente en Colonia, pero también en otras ciudades.

Hay más de 120 denuncias, pero también mucha confusión en los hechos de Nochevieja. No se comprende por qué las noticias tardaron tanto en conocerse. Tampoco la reacción y la actitud de la policía, que en principio no reconocía los incidentes. Son escasas las identificaciones y pruebas. Hay sospechas de que pudo haber coordinación a través de las redes sociales, en una especie de flash mob o acción falsamente

espontánea y coordinada con móviles. También hay la certeza de que la identificación de los refugiados con masas de machos musulmanes embriagados que roban y violan a mujeres alemanas conviene a movimientos xenófobos como Pegida (Patriotas Europeos contra la Islamización de Occidente).

La guerra que ha declarado el terrorismo yihadista contra Occidente quiere erosionar el Estado de derecho, las libertades y los valores europeos, y en buena medida lo consiguió ya con George Bush tras el 11-S cuando era Al Qaeda quien la conducía. Y lo está consiguiendo bajo conducción del ISIS también ahora en Francia, con Hollande, tras el 13-N. Pero pretende algo más, tal como ha explicado Gilles Kepel, como es enervar las actitudes racistas, victimizar a los musulmanes y provocar una atmósfera de islamofobia generalizada. “Denunciándola constantemente, convertida en tara congénita de las sociedades europeas, y sustituyendo al antisemitismo como pecado cardinal de Occidente, los islamistas se esfuerzan en establecer fronteras comunitarias culturalmente infranqueables para todos los europeos de ascendencia musulmana”. (Terreur dans l'Hexagone. Gèneses de la djihad française. Gallimard).

Para conseguir este objetivo de separar los musulmanes en una comunidad aparte, el terrorismo tiene buenos aliados. No hay que hacer correr mucho la imaginación para sospechar que los hechos de Nochevieja en Alemania van más allá de un inaceptable comportamiento espontáneo de jóvenes extranjeros, principalmente de origen árabe, y que son en cambio acciones fomentadas e incluso coordinadas por organizaciones hostiles a la sociedad europea.

Fonte: <http://www.csem.org.br/index.php/csem/noticias/4158-europa-frente-al-islam> - 11.01.2016

"La islamofobia invisibiliza problemáticas como los modelos de migración y la necesidad de integración social"

Hablamos con la psicóloga Irene Santiago sobre la islamofobia.

Clara Asín Ferrer

Irene Santiago es psicóloga en el centro de defensa de derechos humanos Irídia y miembro del Grupo de Acción Comunitaria. Durante una década trabajó en Latinoamérica en procesos de acompañamiento psicosocial a personas en contexto de violencia. En el día Internacional de lucha contra la Islamofobia participó en una mesa

redonda sobre la islamofobia institucional en las escuelas y expuso la teoría de la construcción de la realidad a través de la lógica del miedo. Hablamos con ella para entender cómo funcionan las psicodinámicas del miedo en la construcción de la islamofobia.

¿Qué papel juega el miedo en la contrucción de la islamofobia?

Durante los últimos tiempos hemos visto cómo se ha ido construyendo un proceso social que hemos llamado islamofobia, a partir de una psicodinámica del miedo y una polarización social creciente, que ha ido generando un clima de miedo y alerta social. Cuando los seres humanos sentimos miedo, y nuestra integridad física o psíquica están en juego, se activan nuestros instintos más básicos y la primera necesidad pasa a ser sentirnos seguros. Esto es normal, es una reacción instintiva de supervivencia humana y es muy comprensible. La preocupación y donde tenemos que prestar atención es cuando nuestra necesidad de sentirnos seguros pone en jaque a otros colectivos y personas que pasan a ser señaladas como potenciales agresores por el mero hecho de pertenecer a ciertos grupos sociales que se asocian con el terrorismo. Es decir, las comunidades musulmanas en nuestro país pasan a ser señaladas y perseguidas cuando ellas mismas son las primeras víctimas del ISIS. Y aquí en donde entran en juego los imaginarios sociales que sustentan el miedo: el islam como la antítesis de los valores occidentales, como una religión asociada a la violencia, hacemos presentes las guerras visigodas entre moros y cristianos, y un largo etcétera que va asentando las bases y solidificando esta islamofobia de la que se nutre la maquinaria de guerra.

Durante estos últimos años ha habido muchas detenciones arbitrarias o equívocas en operaciones policiales ¿cómo afecta estos procedimientos a los derechos fundamentales de estas personas?

Como digo, estas dinámicas traen desconfianza y fractura social, las comunidades musulmanas son criminalizadas y estigmatizadas. El mero hecho de pertenecer a una comunidad se asocia a actos de terrorismo, es gravísimo. El señalamiento y la estigmatización les coloca en una situación de sospecha potencial que legitima actuaciones policiales en las que, a veces, se producen vulneraciones de derechos. Las actuaciones de nuestros cuerpos de seguridad deben garantizar siempre el marco de derecho, no podemos aceptar las detenciones arbitrarias o los malos tratos en los procedimientos. Luego, a nivel institucional vemos cómo se criminaliza a través de la legislación, como ha pasado con la reforma de la Ley Antiterrorista, una ley vigente que vulnera los derechos fundamentales. Este tipo de legislaciones legitiman la asimilación de estas dinámicas del

miedo, y ahí es cuando nuestros vecinos dejan de ser vecinos y se convierten en extranjeros, sospechosos, terroristas, etc. La tensión social aquí es enorme y los pactos de convivencia empiezan a resquebrajarse.

¿De qué manera está actuando la estigmatización de la comunidad islámica?

La mirada sobre lo que sucede ahora mismo con la islamofobia se focaliza a través del terrorismo, que se ha convertido en el primer tema en la agenda mundial. Esto trae la invisibilización de problemáticas como, por ejemplo, los modelos de migración y la necesidad de integración social de muchas personas que llegaron a nuestro país hace unos 15 años ahora. Podríamos preguntarnos si las políticas migratorias y la inclusión social se han dado como nos hubiera gustado. Pero no, a día de hoy, el debate se centra exclusivamente sobre los individuos y sus prácticas religiosas y se olvidan otros factores claves para la integración. Lo que vemos son dinámicas de exclusión social cada vez más activas, que se van profundizando. Se alimentan los estereotipos a través de la asociación de tradiciones o culturas al terrorismo. Por ejemplo, el uso del velo, asistir a la mezquita, etc. Esto demuestra el enorme desconocimiento que tenemos del islam, de la cultura, de las tradiciones y actúa de una manera que identifica al otro y lo separa, generando una profunda disgregación social.

Algunos medios de comunicación están alimentando la asociación de religión islámica o imaginario árabe con el terrorismo, ¿Qué se pretende con ello?

Toda esta maquinaria del miedo, por supuesto, es muy conveniente para justificar la guerra en Siria, los contratos millonarios en comercio de armas, la modificación de leyes, la militarización del espacio público, su instrumentalización en las campañas políticas, entre muchas otras cosas. Hemos visto como el uso del miedo beneficia a ciertos grupos de poder e intereses a nivel nacional e internacional. Hay que tener en cuenta que el miedo se ha usado históricamente para controlar las masas. Es una excelente manera de controlar a la población porque una vez el miedo ha calado, una vez la gente tiene miedo, esta misma ciudadanía se convierte en quien señala. En París, cuando se activó el estado de emergencia a raíz del 13N, la cumbre del COP21 fue protagonista de detenciones arbitrarias, con un uso de la fuerza desmesurado y vulnerando derechos. Otra vez, el

miedo hace que la misma ciudadanía permita y justifique mecanismos de opresión para la misma ciudadanía, como una militarización, un estado de sitio, todo ello se basa en la protección frente al terrorismo, mientras se invisibilizan muchísimas vulneraciones de derechos humanos.

Desde el Gobierno español se ha activado un mecanismo de denuncia por parte de la ciudadanía a través de un plan llamado Stop Radicalismos, donde cualquier persona puede denunciar de forma anónima.

Es un procedimiento peligroso porque cualquier persona se puede convertir en el dedo acusador. La ciudadanía se convierte en cómplice de los cuerpos de seguridad, asumiendo funciones propias de éstos cuerpos. El mecanismo de poder y control se multiplica exponencialmente y aumenta la espiral del miedo. Cuando el filtro desde el que se definen las leyes, como la ley terrorista o el stop radicalización, puede vulnerar los derechos fundamentales es muy difícil saber cuándo hay una actuación ecuánime o no. Este tipo de protocolos tiene el riesgo de que veamos al otro como un potencial enemigo, cuando no lo es. El miedo legítima toma de decisiones por parte del Estado. Por ejemplo, nos podríamos preguntar por qué no se da mayor asilo a refugiados, va a ser muy difícil demostrar que es por el miedo, pero en parte es así.

¿Por qué el miedo se utiliza como un arma de control?

El miedo es una forma de control, un antítesis de la libertad, pero también una reacción humana, el instinto básico que se activa cuando tienes miedo es de supervivencia. La forma de protegerse es identificar el peligro y velar por la integridad física y psíquica, por la seguridad. Hay que aceptar el miedo y comprenderlo, así se desmonta. Por otro lado, la asociación que se ha hecho del terrorismo con la cultura islámica y la instrumentalización de la religión ha generado una propaganda muy perjudicial, asociaciones dañinas que provocan esta islamofobia. La yihad en el islam es el proceso de lucha personal, de autosuperación, algo muy normal en cualquier tipo de cultura, pero grupos como el Estado Islámico utiliza aspectos del islam con connotación belicista, con el fin de propagar el terror y el miedo contribuyendo a la construcción de estereotipos erróneos. Hay un imaginario religioso aún de moros y cristianos, de guerras religiosas, pero eso no es así, el conflicto va hacia dentro, hacia las propias corrientes del islam. Principalmente este potencial sospechoso se

focaliza en las comunidades “musulmanas”, son las principales personas afectadas y en riesgo. Luego, otras comunidades religiosas, las no musulmanas, generan una separación como mecanismo de seguridad. Por ejemplo, los atentados de París han hecho sentir la guerra en casa, esta espiral de miedo produce una vivencia de inseguridad para mucha gente.

Algunas figuras políticas también están jugando un papel muy determinante en la propagación de consignas racistas apelando a la seguridad

Sí, muchísimo, en EEUU es impresionante ver a Donald Trump, es el vivo ejemplo de cómo la dinámica del miedo genera una espiral de violencia y de control. Él utiliza el miedo para ganar votos y ello generó una mayor respuesta del ISIS. Es decir, el miedo genera miedo. Cuando tú generas miedo en la gente, activas su mecanismo de defensa identificando y señalando al otro, promoviendo el odio, es una espiral que se retroalimenta. Nada bueno.

Ante la crisis de refugiados, ¿todos estos mensajes discriminatorios pueden generar una crisis social de convivencia?

Las personas que se han desplazado huyendo de la guerra que azota sus países son personas en busca de refugio, que solicitan asilo a la comunidad internacional, la cual está obligada a darlo, según las regulaciones y leyes internacionales. Pero, nuevamente nos topamos con el muro del miedo, que se traduce en el cierre de fronteras más o menos directo, como el caso de Francia, o sutil, como el resto de países de la UE. La escasísima respuesta frente a una crisis en la que nuestros mismos países tienen enormes responsabilidades es una vergüenza humana y efectivamente genera una crisis de convivencia social y una profunda crisis ética y moral. Nuestra sensibilidad frente al dolor humano queda en entredicho y también nuestra deshumanización al ver el drama. No actuar mella nuestra moral y abre grandes cuestionamientos filosóficos sobre el factor humano.

¿Cómo está actuando Europa ante la crisis de los refugiados?

Ahora mismo hay un replanteamiento de valores; cuando ocurrieron los atentados en París se recuperaron valores como la fraternidad, la igualdad y la libertad, valores esenciales que sirvieron de paraguas emocional para transmitir una sensación de protección; allí ves hasta qué punto hicieron mella los atentados.

La burbuja de la fortaleza europea se rompe. En Europa estamos acostumbrados a ver las guerras desde lejos, tener la guerra “en casa” es otra cosa. Está cambiando la cosmovisión de la vida, la guerra, el miedo a la muerte, de que pase algo aquí. Tenemos que entender que las personas refugiadas también huyen del mismo miedo que tenemos nosotros. Cuando se le estigmatiza a través del terrorismo les estamos asociando a su victimario, es como si a ti alguien te tortura y luego te digo que tú eres el torturador.

¿Cómo puede afectar en el desarrollo vital de una persona refugiada la estigmatización que se está produciendo?

De una forma tremenda, la estigmatización atenta a la dignidad, es una forma de deshumanizar. El daño que trae la persona no es reconocido, se le acusa indirectamente de lo que es su agresor. Todo el dolor que traen no tiene un reconocimiento social, hay una invisibilización del daño. Los malos tratos, el señalamiento, la violencia institucional y social, mellan la dignidad de las personas. Estamos muy lejos de poder hablar de una plena ciudadanía cuando se vulneran los derechos de la gente en aras de la seguridad y la protección. Las comunidades musulmanas son ciudadanos que deben también ser protegidos por los cuerpos de seguridad. Pero, contrariamente, se les ve como ciudadanos en sospecha. Estamos construyendo un clima de sospecha, de desconfianza y de fragmentación social y nos tendríamos que preguntar si queremos vivir así.

¿Cómo trabajáis con Irídia la vulneración de derechos humanos a través de este tipo de discriminación?

Desde Irídia estamos trabajando y dialogando con personas que ha denunciado una vulneración de

derechos humanos en una detención. Tenemos el Saidavi, un servicio de atención y denuncia delante de casos de violencia institucional en el que cualquier persona que pueda sufrir una vulneración de sus derechos fundamentales puede acudir, actuamos como un agente para garantizar los derechos de las personas. También estamos en contacto con las comunidades musulmanas desde la perspectiva de los derechos humanos porque nos preocupa el contexto de islamofobia que se está generando, así como estamos alerta a las implicaciones de los procesos de refugio. Los refugiados llegan huyendo de la guerra y hay un riesgo de doble victimización, la primera es la guerra y todo lo que implica y la segunda es la respuesta que generamos aquí, cierre de frontera y prejuicios.

¿De qué manera se podría desmontar la psicodinámica del miedo?

Para desmontar el miedo es básico darse cuenta de que estamos funcionando desde ahí, para comprenderlo y no contribuir con estas dinámicas de exclusión y de desconfianza social. Lo primero que tenemos que hacer es no quedarnos indiferentes. La indiferencia es el mayor cómplice. Es importante que tengamos debate social sobre lo que está pasando, para poder dialogar con las comunidades musulmanas, escucharlas, para ir generando nuevamente relaciones de vecindad, de confianza. Necesitamos políticas públicas que se impliquen activamente en esta problemática para no generar mayores fragmentaciones y velar para que las actuaciones de nuestros cuerpos de seguridad sean acordes con los derechos fundamentales.

Fonte: <https://www.diagonalperiodico.net/libertades/28956-la-islamofobia-invisibiliza-problematicas-como-modelos-migracion-y-la-necesidad> - 13.01.2016

El número de musulmanes en España crece un 1,6% en 2015 hasta los 1,88 millones.

El número de musulmanes en España creció en 2015 un 1,6% hasta alcanzar los 1.887.906 millones, 29.497 más que en 2014, según el Estudio Demográfico de la Población Musulmana elaborado por la Unión de Comunidades Islámicas de España (UCIDE) y el Observatorio Andalusi. En los últimos cinco años, el número de musulmanes ha aumentado en casi 300.000 ciudadanos.

El informe, al que ha tenido acceso Europa Press, revela que el número de musulmanes españoles

aumentó en 2015 un 8,4% respecto al año anterior, pasando de 718.228 a 779.080, mientras que la cifra de musulmanes extranjeros cayó un 2,7%, pasando de 1.140.181 a 1.108.826.

De esta forma, continúa la tendencia a la baja del número de ciudadanos musulmanes inmigrantes, frente al aumento de aquellos musulmanes que han obtenido la nacionalidad o que han nacido en España. Los musulmanes extranjeros solo crecen

en Melilla, Murcia, País Vasco, Alicante, Almería, Cádiz, Cuenca, Granada, Huelva y Palencia.

No obstante, el saldo migratorio, los nacionalizados y el crecimiento natural de la población han provocado un aumento del número total de musulmanes.

Atendiendo a la nacionalidad, un 41,2% de los musulmanes son españoles frente al 58,7% de extranjeros. De esta forma, los musulmanes españoles acortan distancia año tras año a los inmigrantes. Entre los musulmanes extranjeros, la mayoría son marroquíes (749.274), seguidos por los pakistaníes (77.478), argelinos (62.268), senegaleses (61.598) y nigerianos (42.543).

Los autores del estudio --que recopila datos de los Ministerios de Justicia, Interior y Educación, del Padrón y la UCIDE-- apuntan que desde los años 40 del siglo XX han ido inmigrando musulmanes que han adquirido la nacionalidad española y ya tienen bisnietos en la actualidad. Además, señalan que desde finales de los años 60 han observado "un cierto goteo" de españoles que abrazan el Islam, que suman 22.808 musulmanes naturales.

Precisamente, en la actualidad, un total de 433.030 de los 779.080 musulmanes españoles (es decir, más de la mitad) son descendientes, hijos, nietos y

bisnietos ya nacidos en España, frente a una tercera parte de nacionalizados (251.517). Así, continúa la tendencia al alza tanto en número de descendientes (32.744 más que en 2014) como en número de nacionalizados (26.807 más que el año anterior).

Por autonomías, las que cuentan con un mayor número de ciudadanos musulmanes son Cataluña con 510.481, Andalucía con 300.460, Madrid con 278.976 y la Comunidad Valenciana con 200.572.

Por municipios, destacan Barcelona, Ceuta, Madrid y Melilla, seguidos por Badalona (Barcelona), Cartagena (Murcia), El Ejido (Almería), Málaga, Murcia, Terrassa (Barcelona), Valencia y Zaragoza. Mientras, los que menos tienen son Orense (Galicia), Zamora y Palencia (Castilla y León).

En cuanto a las migraciones internas, el informe apunta que obedecen a los mismos factores de oferta de empleo y vivienda que afectan al resto de ciudadanos españoles, destacando la disminución de musulmanes en las provincias de Albacete, Badajoz, Ciudad Real, Córdoba, Málaga, Sevilla y Tarragona.

Fonte: <http://www.lavanguardia.com/vida/20160203/301878577612/el-numero-de-musulmanes-en-espana-crece-un-1-6-en-2015-hasta-los-1-88-millones.html>

03.02.2016

Los efectos de acusar a refugiados de abusos en Colonia: "El miedo ha calado"

Solo tres de los 58 detenidos por los abusos sexuales en Nochevieja son refugiados, en contra de las primeras informaciones que los cifraban en cientos

Gabriela Sánchez

Una frase se repetía cuando esta semana se difundió que solo tres de los 58 detenidos por las agresiones sexuales en Colonia son refugiados: "El daño ya está hecho". Las acusaciones contra estos acapararon el debate mediático durante los primeros días del año, disminuyeron la sensibilidad social con los demandantes de asilo y aumentaron los ataques xenófobos en Alemania. Expertas en migración, comunicación y feminismo valoran los efectos de rumores que "criminalizan" a migrantes y refugiados.

"Como siempre ocurre con los rumores, es muy difícil reparar el daño. Cuando se construyen discursos de estas características en el contexto de una crisis de refugiados, cuando se enfatiza tanto el origen de los inculpados y se le da tanta visibilidad, creas opinión. Cuando hablas de cosas que no están confirmadas, creas opinión", indica Gemma Pinyol, consultora e investigadora de

políticas de migración. "La corrección nunca llegará a alcanzar el impacto del rumor", añade.

Uno de los primeros efectos: el miedo, "consciente o inconsciente", "sutil o notable". "La sensación de inseguridad y, con ello, la solidaridad despertada, ha cambiado con respecto a los meses de agosto y septiembre", señala Pinyol. Según una encuesta realizada por la segunda cadena de televisión pública alemana ZDF, un tercio de los encuestados reconoció haber cambiado de opinión tras lo ocurrido en Colonia, y un 60% consideró que Alemania no puede hacer frente a tantos refugiados. Un mes antes, el mismo dato se situaba en el 46%. El estudio revela que un 70% de los ciudadanos consideró que la llegada de tantos refugiados se traduciría en un incremento de la criminalidad en Alemania.

Desde la ONG especializada en asilo, Accem, consideran que el recelo facilita la aplicación de

políticas más restrictivas contra la llegada de refugiados a Europa. "Un ejemplo es la confiscación de bienes de valor de los refugiados en Dinamarca, o el cierre de fronteras en países europeos. Acusaciones como estas, unidas a la disminución de la atención mediática, derivan en la menor presión social percibida por los Gobiernos europeos para cumplir sus compromisos internacionales", explica María Tejada, responsable de comunicación de la organización.

"Han utilizado el feminismo con fines racistas"

"¿Por qué se ocuparon portadas con los abusos sexuales de Colonia y no con los que tienen lugar en fiestas como los Sanfermines?", se pregunta Brigitte Vasallo, escritora especializada en feminismo y migraciones. "Me dan igual los datos, me da igual que fuesen refugiados o el país del que procedían. Lo importante es remarcar que en los espacios públicos hay una cantidad de abusos sexuales apabullante. Y eso tiene el origen en la cultura machista hegemónica, no en el país del que procedan los hombres", apunta Vasallo.

Según Vasallo, la criminalización del migrante a través de la defensa de la mujer no es nueva. "Es otra forma de machismo y racismo. Se crea un paternalismo sobre poblaciones consideradas como propias: 'nuestras mujeres', atacadas por un supuesto 'fantasma exterior', desarrolla la autora de 'PornoBurka'. "Es la captura de las reivindicaciones feministas, nos utiliza para ahondar en los poderes y, en este caso, generar una campaña brutal contra refugiados y refugiadas".

Esta estrategia, según defiende, es la misma empleada esta semana en una polémica portada de la revista polaca ultraderechista 'wSieci'. "También se utilizaba en la propaganda fascista de la Segunda Guerra Mundial. Lo mismo ocurría con los rumores generados en EEUU contra las parejas de hombres negros y mujeres blancas: 'Se llevaban a nuestras mujeres'. Es una técnica antiquísima", añade Vasallo.

Polonia quiere inmigrantes a la carta: cristianos, ucranianos y "trabajadores"

El presidente de la patronal, Cezary Kazmierczak, dijo que los inmigrantes ucranianos y bielorrusos son "los mejores del mundo", porque no quitan el trabajo a los polacos y no cuestan nada a los contribuyentes

Y los efectos, aseguran desde Accem, han llegado a España. "Ha tenido consecuencias concretas e inmediatas. La gente que estaba sensibilizada no ha dejado de estarlo, pero su proceso de exigencia de solidaridad se ha mermado. Ahora se mantiene cierta cautela", asevera Tejada. "Poco después de los abusos sexuales sucedidos en Colonia, una persona sensibilizada me dijo: ¿Ahora tendrás que tener más cuidado al defender a los refugiados, ¿no?", apunta otra de las expertas consultadas. "Este tipo de resultados se observaron desde el primer momento y daban pistas sobre el cambio que se generaría".

Un mapa que rastrea rumores

Conscientes del daño y el miedo generado por rumores extendidos contra refugiados en países europeos, diferentes iniciativas tratan de aportar claridad y contrarrestar sus efectos. En Alemania, la plataforma interactiva Hoaxmap trata de localizar en un mapa los bulos despertados en diferentes puntos del país.

Sus creadores han rastreado las acusaciones de supuestos crímenes cometidos por refugiados y, después de comprobar su falsedad, las ha colocado en un mapa para ilustrar la dimensión del problema.

Entre los cientos de bulos desmentidos, los más comunes hacen referencia a violaciones y abusos sexuales, según declaró a Al Jazeera Karolin Schwarz, una de las impulsoras del proyecto. También destacan los casos de supuestos "robos, asaltos y homicidios".

No faltan los rumores surrealistas. Uno de los puntos situados en esta herramienta interactiva incluye el robo y la muerte de varios cisnes que solían reposar en un lago cercano a un campo de refugiados. Habían sido ellos, decían. Su desaparición era culpa de los solicitantes de asilo. También, falso.

Fonte: http://www.eldiario.es/desalambre/efectos-refugiados-abusos-Colonia-calado_0_486102087.html - 19.02.2016

Cada vez son más los polacos contrarios a recibir refugiados, un 57% por ciento, mientras el discurso político se radicaliza en el país y muchos ya distinguen sin tapujos entre los inmigrantes buenos -los cristianos que provienen del Este, sobre todo de Ucrania- y los malos: los musulmanes.

"Son los políticos los que han hecho esta división entre musulmanes y no musulmanes", comenta Maciej Fagasinski, abogado de Refugee.pl, fundación de apoyo a refugiados e inmigrantes.

En el país centroeuropeo, con un escaso 1% de población extranjera, sólo el 39% de los ciudadanos está de acuerdo en abrir las puertas, de manera temporal, a los desplazados, según un reciente sondeo del instituto CBOS.

Para el activista de Refugee.pl, en las pasadas elecciones generales de octubre de 2015 los políticos trataron el tema de la inmigración y de los refugiados "con perfidia", al decir que iban a "defender a los ciudadanos de los malos inmigrantes"; aunque no se reconoce abiertamente, todo el mundo sabe que con "malos" se refieren a los musulmanes de Oriente Medio y Norte de África, añade.

Las elecciones se saldaron con la victoria por mayoría absoluta del partido nacionalista y conservador Ley y Justicia, poco partidario de cumplir el compromiso del anterior Gobierno de acoger en 2016 a 7.000 de los refugiados llegados a Grecia e Italia en los últimos meses y levantar diez centros de acogida.

El discurso de ese partido, cuyo líder, Jaroslaw Kaczynski, llegó a alertar de los virus y parásitos que pueden traer los refugiados, ha hecho que aumenten los grupos que defienden una "Polonia para los polacos", según Fagasinski.

Las consecuencias de esta actitud política se han visto en las últimas semanas, cuando los habitantes de dos pequeñas ciudades polacas han torpedeado con éxito los planes del Gobierno de ubicar allí centros para los solicitantes de asilo.

A los políticos se suman los medios de comunicación, "todos", puntualiza este abogado, que considera que el tema de la inmigración se trata de manera "irresponsable".

La semana pasada la revista "Wsieci", publicación ultranacionalista con una tirada de 18.000 ejemplares, presentó en su portada la imagen de una mujer blanca (que sería la Unión Europea) atacada y manoseada por hombres de piel oscura con el título "Violación islámica de Europa".

"Varios inmigrantes musulmanes nos dicen que ahora tienen más reparos al pasear por las calles o hablar en su idioma", afirma Fagasinski, quien asegura que antes de los comicios una mayoría de

polacos se mostraba a favor de la inmigración y no era tan negativa la respuesta ante los musulmanes.

La sociedad polaca, étnicamente la más homogénea de Europa, nunca ha sido especialmente receptiva a la inmigración musulmana, en el punto de mira desde hace tres años, por ejemplo, del grupo ultra Liga de Defensa Polaca, que anunció patrullas por los locales nocturnos de Varsovia para evitar que las chicas se relacionen con hombres de esa religión.

Por ahora Polonia recibirá sólo a 400 solicitantes de asilo, sobre todo sirios, "que se intentará que sean cristianos", augura Fagasinski, lo que contrasta con el millón de ciudadanos de la antigua URSS, sobre todo de Ucrania, que viven en este país.

Ante ellos la actitud de la población es otra: un 59% de los polacos está de acuerdo en abrir las puertas a ucranianos, ya que consideran que se integran fácilmente, son trabajadores, aprenden el idioma y, a fin de cuentas, son también eslavos.

La primera ministra, Beata Szydlo, explicaba en enero en su comparecencia en el Parlamento Europeo que su país juega un papel activo ante la crisis migratoria que vive Europa, ya que se está haciendo cargo de más de un millón de refugiados ucranianos, aunque la embajada de Ucrania en Varsovia puntualizó al día siguiente de que sólo un ucraniano tiene el estatus de refugiado.

Lo cierto es que Polonia necesita inmigrantes (se estima que hasta 5 millones) para mantener las tasas de crecimiento económico actuales y asegurar las pensiones.

En estos momentos alrededor de un millón de extranjeros, principalmente de Ucrania y Bielorrusia, trabajan en Polonia y aportan al presupuesto nacional 2.000 millones de euros anuales.

En una entrevista publicada semanas atrás por "Gazeta Prawna", el presidente de la confederación de empresarios, Cezary Kazmierczak, afirmaba que los inmigrantes ucranianos y bielorrusos son "los mejores del mundo", ya que no les quitan el trabajo a los polacos y no cuestan nada a los contribuyentes, porque no reciben subsidios. Por el contrario, decía, los llegados desde Oriente Próximo y África no vienen en la mayoría de los casos a trabajar, sino a beneficiarse de las prestaciones sociales.

Fonte: http://www.eldiario.es/desalambre/Polonia-inmigrantes-cristianos-ucranianos-trabajadores_0_488201874.html - 25.02.2016

ITALIANO

Al ministero dell'Interno nasce il Consiglio per le relazioni con l'Islam Italiano

Il ministero dell'Interno parla con l'Islam, anche per tenere aperto un canale di confronto con 1,6 milioni di immigrati musulmani in Italia.

Angelino Alfano ha presieduto oggi la riunione di insediamento del Consiglio per le relazioni con l'Islam Italiano, del quale fanno parte docenti ed esperti della cultura e della religione islamica. L'organismo, spiega il ministro in una nota, "avrà il compito di fornire pareri e formulare proposte in ordine alle questioni riguardanti l'integrazione della popolazione di cultura e religione islamica in Italia".

"Il rispetto e la collaborazione tra le identità culturali e religiose presenti in Italia – sottolinea Alfano – devono costituire la premessa per un dialogo che arricchisca la democrazia, promuovendo le ragioni della pace, della coesione sociale e dell'unità, e che favorisca una comunità di intenti con tutti coloro che, pur provenendo da Paesi, culture, religioni e tradizioni diverse, intendono contribuire allo sviluppo pacifico e alla prosperità del nostro Paese, nel pieno rispetto delle nostre leggi e della nostra tradizione cristiana e umanistica".

L'Islam ha molte anime e non è organizzato come un'unica chiesa, con clero e gerarchie universalmente riconosciute. Questo fino a oggi ha impedito, tra le altre cose, al stipula di un'intesa tra

lo Stato Italiano e la seconda religione monoteistica più diffusa nel mondo. Il Viminale dice di voler puntare "alla formazione di un Islam italiano, rispettoso delle leggi e rispettato nella sua peculiarità in quanto compatibile con l'ordinamento italiano".

Nel dialogo Alfano vuole coinvolgere anche i territori, attraverso i prefetti. "Soprattutto quelli che operano nelle province più interessate al fenomeno dell'immigrazione – dice - avvalendosi delle forme già sperimentate di ascolto, promozione, cooperazione e coordinamento e degli organismi quali i Consigli Territoriali per l'Immigrazione e le Conferenze permanenti, dovranno concorrere a sviluppare ogni iniziativa con quanti si riconoscano nella fede islamica, volta a migliorare l'inserimento sociale tenendo conto dei principi della Costituzione e delle leggi della Repubblica, anche nell'ottica di incentivare la coesione e la condivisione di valori e diritti".

Fonte: <http://www.csem.org.br/index.php/csem/noticias/4192-al-ministero-dell-interno-nasce-il-consiglio-per-le-relazioni-con-l-islam-italiano> - 20.01.2016

La disinformazione sull'Islam e sul Califfato

Amani Salama

Massimo Campanini è un docente di Islamistica e Storia dei Paesi arabi all'Università di Trento, ed è autore di numerose monografie e saggi come "Islam e politica", "Il Corano e la sua interpretazione", "Le rivolte arabe e l'Islam, la transizione incompiuta", "Storia del Medio Oriente contemporaneo" o "Introduzione alla filosofia islamica" e tanti altri, tutte letture consigliatissime. È uno degli orientalisti e storici più stimati e seguiti in Italia, si occupa principalmente di filosofia islamica medioevale e contemporanea e di storia del Medio Oriente e nell'ambito del pensiero filosofico si occupa di pensiero politico. Da questa breve presentazione non possiamo non accorgerci di

come il Professor Campanini possa essere pienamente ferrato sul tema Islam, grazie al proprio percorso di studi e ricerche a riguardo.

La maggior parte delle persone oggi sa di Islam solo quello che legge sui giornali o sentono dire sui mass media. Senza mai aver letto una riga di Islam o di teologia islamica c'è chi ravvisa nell'Islam deficit di ogni tipo, spesso anche in buona fede perché influenzati da pregiudizi moderni.

Ecco, lo studioso in questione ha letto, si è documentato, ha studiato e quindi merita ascolto e interesse.

A.S.: Nell'immaginario collettivo occidentale l'Islam è una religione teocratica, che connette religione a politica. Cosa ne pensa?

Massimo Campanini: Teocrazia è un termine significativo nel linguaggio e nella storia politica dell'Occidente. Personalmente definirei l'islam teocentrico, non teocratico. Teocrazia significa "potere di Dio", ma è evidente che Dio esercita il suo potere attraverso la mediazione umana. In Occidente questa mediazione è stata garantita dalla Chiesa, soprattutto cattolica, una istituzione che non esiste nell'islam. Manca dunque, per parlare di una teocrazia islamica, un presupposto fondamentale istituzionale. Storicamente, poi, la secolare dialettica avvenuta in Occidente tra papato e impero nel Medioevo non ha potuto riprodursi nell'islam: non solo perché, come detto, non vi esiste la "Chiesa" col suo apparato ecclesiastico, ma anche perché il Sacro romano impero germanico medievale non corrispondeva affatto al califfato. In Occidente, potere pubblico e potere religioso hanno cercato, per millenni direi, di prevaricarsi l'un l'altro; nella storia islamica i due poteri hanno convissuto per lo più parallelamente, anzi con una preminenza del politico sul religioso. Di fatto, se vogliamo rimanere nel contesto della terminologia politica occidentale, l'islam è stato più un cesaropapismo che una teocrazia, per quanto si è più spesso verificata una strumentalizzazione del religioso da parte del potere politico. Certo, il vicariato del giureconsulto realizzato in Iran dall'imam Khomeini è in certo modo vicino a una teocrazia, per quanto prevede che gli ayatollah controllino la gestione politica dello stato. In ogni caso, nello stesso sciismo non esiste una gerarchia piramidale come quella cattolica che fa capo al papa.

A.S.: Sempre parlando di Islam collocato in prospettiva storica, possiamo ritenerlo democratico? Nell'Islam sunnita, per esempio, sappiamo che il califfo era originariamente elettivo, eletto dal popolo. Il Capo supremo e l'unico Legislatore della umma è Allâh mentre il Califfo era solo titolare di un "mandato pubblico" per garantire il rispetto e l'applicazione della Legge rivelata (sharia) attraverso i giudici (qada), senza alcun potere nell'ambito legislativo e nemmeno in quello dogmatico. I poteri erano divisi e totalmente indipendenti. Questo e altri particolari non ci mostrano forse che al contrario degli stereotipi generali, l'Islam delle origini è un Islam davvero rappresentativo di democrazia e valori?

Massimo Campanini: Esattamente come non ha senso parlare di teocrazia relativamente all'islam, non è corretto definirlo "democratico" o meno, questo fa parte di un linguaggio occidentale. Ma diciamo che il pensiero politico islamico classico ha elaborato concetti che sono compatibili con la democrazia occidentale in senso procedurale: concetti come *ijma'* (consenso), *shura* (consultazione), *ikhtiyar* (libera scelta) o *maslaha* (bene pubblico) sono certamente compatibili con la democrazia occidentale sul piano procedurale potendo prevedere pluripartitismo, parlamentarismo, costituzionalismo eccetera. Vi sono tuttavia alcuni aspetti divergenti tra l'islam e il concetto occidentale di democrazia. Il primo, più formale che sostanziale peraltro, è che in islam la sovranità (*kratia*) risiede in Dio e non nel popolo (*demos*). L'ostacolo può essere superato tenendo conto di quanto detto anche prima: Dio non esercita la sovranità direttamente, ma attraverso la mediazione umana. Anche quei teorici politici che agitano il tema della *hakimiyya* cioè della "sovranità di Dio" (Dio è l'unico legislatore) non possono non convenire sul fatto che la Legge di Dio non può che tradursi, nella sua applicazione, in linguaggio e prassi umana, il che inevitabilmente non ne fa più la "legge di Dio". Il secondo aspetto di divergenza riguarda la questione dei "diritti": il pensiero occidentale considera i diritti umani "natural", cioè propri dell'individuo a prescindere da ogni condizione esterna, mentre nel mainstream del pensiero islamico, ancora una volta, il diritto è garantito dall'intervento e dalla volontà di Dio. Islam e Occidente condividono i medesimi "diritti umani": difesa della vita, della libertà di pensiero, della proprietà, uguaglianza tra le persone... ma a monte vi è il principio che, in Occidente, l'uomo gode di quei diritti *qua homo*, mentre in islam in quanto creatura di Dio. Il terreno comune sul piano procedurale è facilissimo trovarlo; sul piano valoriale è più complicato. Non per nulla il grande pensatore egiziano Hasan Hanafi ha affermato che la democrazia è solo uno "strumento", non un "fine". Peraltro, quando teorici come al-Qaradawi parlano della *shura* come della "democrazia" islamica, non sono riusciti ancora a riempire il termine di contenuti effettivi: come di fatto si esercita la *shura*, al di là del principio di rappresentanza? Questo non è chiaro, né in Qaradawi, né, per esempio, in Yassine. Al-Jabri diceva papale papale che la *shura* è democrazia, cioè parlamentarismo, pluripartitismo, eccetera...

A.S.: Il califfo era il successore e il sostituto del Profeta, incaricato di guidare la 'Umma, la

comunità. Spesso e volentieri erano sovrani giusti e eminenti, che detenevano il solo potere esecutivo. Perché oggi questa parola ha un'accezione diversa e negativa?

Massimo Campanini: La cattiva fama che ha il califfato oggi presso l'opinione pubblica incolta o disinformata deriva certamente dall'identificazione della khilafa con un movimento aberrante come l'ISIS. Ma la storia ci insegna che non c'è nulla in comune tra i due modelli. Tuttavia continuare a considerare il califfato come un sistema politico riproducibile nella modernità (come fanno per esempio i Fratelli Musulmani sulle orme di Rashid Ridà) è ormai anti-storico, come pretendere, mutati mutandis, di ricostituire il comunismo. Il califfato può avere ancora una funzione mobilitante di utopia politica, ma non di sistema effettivamente realizzabile.

A.S.: Appunto, oggi più che mai sentiamo parlare di califfato. Al Baghdadi, capo dell'Isis si ritiene califfo del cosiddetto "stato islamico", che abbiamo capito che di islamico non ha nulla. Perché al Baghdadi non può essere assolutamente ritenuto califfo?

Massimo Campanini: Per tre motivi: 1) innanzi tutto perché, secondo la dottrina classica, il califfo deve essere Qurayshita e dotto in religione ('alim) cosa che palesemente al-Baghdadi non è, sebbene lo millanti e lo pretenda; 2) perché, secondo la dottrina il califfo deve essere eletto rispettando le norme dell'ijma', della shura e della bay'a, cosa che evidentemente non è successa per al-Baghdadi; 3) perché il califfo è stato nella storia il simbolo dell'unità dei musulmani, non della fitna settaria, come invece è la politica dell'ISIS.

A.S.: Nel suo ultimo libro parla di disinformazione sull'Islam. Secondo lei che informazioni e stereotipi sbagliati vengono veicolati sull'Islam. E invece quali sarebbero le verità.

Massimo Campanini: Come dicevo prima: che l'islam sia teocratico per esempio. Un secondo stereotipo diffuso è la questione che l'islam costringa i non musulmani alla conversione e che questo sarebbe il fine del jihad inteso come guerra santa. A parte affermazioni coraniche come "non vi sia costrizione nella religione" (Q. 2:256), la questione del jihad è troppo complessa per venire affrontata, teologicamente e giuridicamente, in poche righe: il concetto ha indubbiamente sfumature che inclinano anche a una versione militare, ma al proposito è per esempio dirimente la distinzione del jihad difensivo che è obbligo comunitario (fard kifaya) dal jihad offensivo che è individuale (fard 'ayni), una questione che gli stessi 'ulema hanno dettagliato con casuistica infinita. Un terzo stereotipo è quello della subordinazione femminile che, come dimostrato da Fatima Mernissi, Asma Barlas o Amina Wadud, ha ragioni storiche più che testuali o rivelate. Innanzitutto bisogna studiare la storia e conoscere, educare nelle scuole prima e poi nelle università; in secondo luogo, è necessario sviluppare l'esegesi coranica in senso ermeneutico, che privilegi l'intenzione etica piuttosto che il dato letterale (uomo e donna sono uguali ma non bisogna recepire la norma che la testimonianza di una donna valga la metà di quella di un maschio), ad esempio.

Fonte: <http://www.csem.org.br/index.php/csem/noticias/4208-la-disinformazione-sull-islam-e-sul-califfato> - 26.01.2016

Violenze sulle donne, le donne dell'est denunciano al primo schiaffo, le musulmane sopportano per anni

Paola Tavella

Genny Giordano è psicoterapeuta e da quindici anni lavora con le donne che subiscono violenza maschile. È vicepresidente di Iside, cooperativa sociale che gestisce i Centri Antiviolenza di Mestre, Noale e Castelfranco Veneto: "Vediamo almeno un terzo di donne straniere, moltissime musulmane - racconta - abbiamo anche donne dell'Est, loro sono delle vere amazzoni, reagiscono subito ai maltrattamenti. Tante musulmane invece sopportano per anni".

L'indagine Istat sulla violenza contro le donne in Italia ha incluso per la prima volta le straniere nel 2014, e dà ragione a Genny. Le straniere subiscono violenza fisica o sessuale più o meno quanto le italiane (31,3% e 31,5%). Tuttavia, la violenza fisica è più frequente fra le straniere (25,7% contro il 19,6% per le italiane), mentre la violenza sessuale è più frequente fra le italiane (16,2% delle straniere contro il 21,5%). Le forme gravi sono più diffuse tra le straniere (7,7% e 5,1%). Le italiane subiscono soprattutto violenze sessuali meno gravi, come molestie da parte di

sconosciuti, le donne straniere, subiscono soprattutto violenze (fisiche o sessuali) da partner o ex partner (20,4% contro 12,9%) e meno da altri uomini (18,2% contro 25,3%). Considerando le prime sei cittadinanze di straniere residenti in Italia, le donne che dichiarano più violenze sono le donne moldave (37,3%), rumene (33,9%) e ucraine (33,2%), seguono le donne marocchine (21,7%), albanesi (18,8%) e cinesi (16,4%). Per le donne straniere nella maggior parte dei casi (68,9%) la violenza subita dal partner, attuale o precedente, è iniziata già nel paese di origine. Per il 20% la violenza è relativa ad una relazione iniziata in Italia. Sono violenze efferate: le straniere segnalano ferite (44,5%) e temono per la loro vita (44,2%), eppure fra loro è più bassa la quota di donne che definiscono questi fatti come “molto gravi” (36,6%).

Perché donne provenienti da paesi dove la sottomissione femminile è legge, cultura, precetto religioso, dichiarano abusi, stupri, maltrattamenti meno delle altre, per paura, vergogna, ignoranza della legge.

Linda Laura Sabbadini, stimata in tutto il mondo come una pioniera delle statistiche di genere e Direttrice del Dipartimento di statistiche sociali e ambientali dell'Istituto, presentando la ricerca Istat ha detto di non essere stupita se le donne dell'est Europa dichiarano di aver subito violenza molto più di marocchine e albanesi, e la denuncino di più: “Non è detto che subiscano più violenza delle altre. Nei paesi dell'est Europa le donne godono degli stessi diritti degli uomini e la violenza maschile sulle donne è un reato. Se qui vengono abusate o picchiate sono già consapevoli di potersi rivolgere alla polizia, al magistrato e ai servizi per fermare il maltrattante, allontanarlo e ottenere il divorzio. Ne parlano quindi anche di più”. E' molto più difficile invece per le immigrate da paesi dove la violazione dei diritti umani è la norma, o lo è stata fino a ieri, donne e bambini appartengono agli uomini per legge e la violenza maschile non solo non è punita, ma è istituzionalizzata e socialmente accettata. La scrittrice italo-somala Ubah Cristina Ali Farah commenta: “Islam e violenza sulle donne è tema delicatissimo. La violenza c'è senza dubbio, ma la disubbidienza delle donne non era scontata. Invece di leggere questi dati soltanto come indice di crescente violenza nelle famiglie di immigrati musulmani, a me salta subito all'occhio il fatto che le donne cerchino di liberarsi e denuncino. E' troppo diffusa in Occidente l'idea delle donne musulmane meramente passive e succubi all'autorità maschile”.

L'assalto di Colonia ha reso lampante una contraddizione fra la libertà femminile e la cultura degli immigrati da paesi dove la sottomissione delle donne è legge e fondamento dell'ordine sociale. Esiste una inaccettabile reticenza di sinistra a criticare l'oppressione delle donne nelle società islamiche, a schierarsi con le femministe musulmane minacciate di morte: Hirsi Ali, Taslima Nasreen, Irshad Manji, Ziba Mir-Hosseini, Zeinah Anwar. Nella sinistra europea serpeggia piuttosto la preoccupazione – e in Italia è vero terrore - che tenere libertà e diritti delle donne come dirimenti e non negoziabili dia una mano alla propaganda razzista e populista delle destre contro immigrazione e rifugiati. E se fosse esattamente il contrario, se la libertà e la inviolabilità delle donne fossero riconosciute come misura della civiltà? Le occidentali sono infinitamente più libere delle immigrate che vengono dagli stati islamici, tuttavia è bene ricordare a chi ancora non lo ha preso sul serio (per esempio il nostro Governo) che un terzo delle donne europee subisce violenza fisica e sessuale soprattutto fra le mura domestiche, senza distinzione d'età, classe sociale, scolarizzazione e censo. Il dato è altissimo pure nei paesi più avanzati: in Germania il 27,9%, in Danimarca 22,19%, in Norvegia 26,8%.

In Italia i musulmani sono un milione di persone, le donne sono 400 mila. Come sono trattate dai loro uomini e nelle loro comunità? Le operatrici dei Centri Antiviolenza ne incontrano molte che chiedono aiuto per uscire dall'oppressione, da violenze fisiche e psicologiche. Finanziati poco e male, oggetto di continui tentativi di delegittimazione, i Centri Antiviolenza esistono da trent'anni in tutta Italia e 70 sono associati nella Rete nazionale D.i.Re. La loro esperienza è inestimabile per aprire uno squarcio sulla realtà della violenza sulle straniere in Italia.

Nadia Somma, blogger e attivista del centro antiviolenza Demetra di Lugo di Romagna spiega: “Secondo me la condizione delle donne musulmane è differente rispetto alle altre perché sono soggette a una subordinazione nei confronti del padre, del marito e della famiglia che non si riscontra in altre culture. Negli ultimi anni la percentuale delle donne italiane che si rivolgono a noi è rimasta pressoché invariata, sono aumentate le straniere. Il 58% delle donne accolte è costituito da italiane, mentre la restante percentuale, il 42% da donne di altra nazionalità. Il 16% vengono dai Paesi dell'Est europeo, un altro 16% sono del nord Africa, il restante 10 per cento di altre nazionalità. Se si rapporta questo dato all'incidenza di stranieri

sul totale della popolazione locale siamo di fronte a un dato rilevante. Le donne musulmane sentono molto il peso del giudizio della famiglia e della loro comunità. Lasciare il marito è un atto forte, molte drammaticamente e con angoscia ci riportano la paura di essere emarginate per sempre dalla loro comunità o dalla famiglia, marchiate come 'puttane'. Molte hanno rinunciato, sono tornate col marito di fronte alla pressione del padre che ha intimato loro di rientrare a casa nonostante le violenze. Le donne dei Paesi dell'est a mio giudizio sono molto più autonome anche rispetto alle italiane, una polacca, una rumena denunciano al primo schiaffo”.

Le ragioni di questo divario sono racchiuse in quel 73% di straniere in Italia che non definiscono “fatto grave” aver paura di essere uccise dal partner. Fabio Roia, magistrato del tribunale penale di Milano, ha spiegato alla 27ora che queste donne “faticano a capire quando l'offesa che ricevono e che può, teoricamente, essere accettata e non condannata nella cultura di appartenenza, superi il limite di tollerabilità. Spesso, nella testimonianza, ci troviamo di fronte a donne che non si rendono conto che quanto raccontano costituisce una forma di maltrattamento. Il doversi concedere al marito anche contro voglia, non poter uscire di casa sole, non poter gestire relazioni autonome con amiche o parenti vengono ritenute cose normali, ma secondo

i parametri europei del diritto sono violenza”. Oria Gargano di Befree, associazione che gestisce uno sportello anti violenza all'ospedale San Camillo di Roma, dice che dopo l'istituzione del reato di clandestinità le donne straniere che si rivolgono a loro sono diminuite. “Ci sono molte differenze a seconda della nazionalità, e anche fra le islamiche: una donna tunisina non è uguale a un'algerina. Una bengalese o una pakistana possono subire per anni, un'ucraina invece si ribella subito”.

Barbara Spinelli, avvocatessa bolognese, autrice di Femminicidio, dice: “Le straniere che subiscono la violenza in famiglia sono doppiamente discriminate, come donne e come migranti. Se arrivano in Italia tramite il ricongiungimento familiare tollerano situazioni di violenza domestica anche intollerabili, perché temono di ritrovarsi clandestine. Se hanno figli hanno paura di denunciare e perdere la genitorialità”. La legge italiana dice che dopo sei mesi dalla separazione una donna arrivata in Italia grazie al ricongiungimento familiare perde il permesso di soggiorno, a meno di non ottenerne uno per lavoro. Ma per le donne delle comunità più chiuse e tradizionali è difficilissimo trovare un lavoro.

Fonte: <http://www.csem.org.br/index.php/csem/noticias/4215-violenze-sulle-donne-le-donne-dell-est-denunciano-al-primo-schiaffo-le-musulmane-sopportano-per-anni> - 27.01.2016

L'altro Islam, lo sguardo aperto del pensiero sciita

Chiara Zappa

Esiste un altro islam. Poco conosciuto, a tratti persino misterioso. Tradizionalmente discriminato dal mondo musulmano maggioritario sunnita, oggi apertamente nel mirino dei fondamentalisti sanguinari del Daesh e dei loro “cugini”, in Medio Oriente come nel subcontinente indiano. Si tratta dell'islam sciita, corrente religiosa che conta oltre duecento milioni di fedeli in tutto il mondo: dall'Iran – dov'è religione di Stato – allo Yemen, dall'Azerbaijan al Bahrain, dall'Iraq al Libano fino a India, Pakistan, Bangladesh.

Degli sciiti il grande pubblico ha imparato a conoscere soprattutto le espressioni fanatiche di mullah totalitari e fazioni violentemente anti-israeliane, o tutt'al più il folklore cruento di rituali di lutto collettivi a base di lamenti e autoflagellazioni. Solo di recente abbiamo cominciato a percepirli anche come una minoranza perseguitata dai jihadisti sunniti. Fenomeni che tuttavia «occultano il fatto che lo sciismo è anche una delle più ricche

tradizioni intellettuali e spirituali dell'islam; che la sua storia annovera migliaia di brillanti teologi, esegeti, filosofi, artisti, eruditi, giuristi, mistici e uomini di lettere; che il corpus degli scritti sciiti è uno dei più ricchi del mondo». Parola di Mohammad Ali Amir-Moezzi, docente di Egesi e teologia dell'islam sciita all'École pratique des Hautes Études della Sorbona, che nel suo *L'islam degli sciiti*. Dalla saggezza mistica alla tentazione politica, in uscita per Edb (pagine 86, euro 7,00), rievoca l'origine dello scisma che lacerò il mondo musulmano al momento della successione al profeta Muhammad e ripercorre le tappe fondamentali dello sviluppo del pensiero sciita lungo i secoli. Uno studio particolarmente interessante, quello dell'intellettuale iraniano, in un momento in cui lo strappo settario all'interno del mondo musulmano conosce esiti più che mai sanguinosi e preoccupanti.

Professore, quali sono le specificità della corrente islamica sciita rispetto a quella sunnita?

«In origine, la frattura nella comunità dei seguaci di Muhammad si consumò perché una parte di loro giudicò illegittima la scelta di Abu Bakr per la successione al profeta, ritenendo che questa spettasse di diritto al genero e cugino Ali. Questo gruppo – “Shi ’atu ’Ali” , , “la fazione di Ali”, da cui “sciiti” –, restò fedele ai successivi discendenti della famiglia del profeta, gli imam. Una parola che, nel mondo sciita, non rappresenta semplicemente gli esperti della religione bensì guide spirituali veneratissime. La specificità di questa corrente, nella sostanza, sta proprio nella profonda devozione agli imam, che dà forma alla teologia – lo sciismo è la religione della guida spirituale – così come alle espressioni di fede popolare, con tutte le forme di venerazione a Muhammad, a Fatima e Ali, ai loro figli Hasan e Husayn e a tutti i discendenti».

Si tratta di un filo conduttore che unisce tutti gli sciiti nel mondo?

«Esistono tre grandi branche di sciiti: i duodecimani, gli zayditi, presenti nello Yemen, e gli ismailiti, diffusi soprattutto in India. Tutte condividono la devozione alla figura dell’imam, anche se ci sono delle differenze. Gli iraniani, ad esempio, identificano l’immagine dell’“imam nascosto” nella Guida suprema, mentre gli ismailiti la riconoscono nell’Aga Khan».

Qual è l’importanza della tradizione sciita nella storia del pensiero musulmano?

«È molto grande. Nel primo secolo dell’islam la questione della successione fu centrale, determinò fazioni avverse e relative correnti di pensiero. Questa disputa fu al centro della costituzione della dottrina, e molte dottrine sunnite attuali furono in origine una reazione a movimenti sciiti considerati eretici. Inoltre, gli sciiti hanno sempre coltivato l’ermeneutica, l’esegesi: per loro il Corano ha bisogno di essere interpretato, riconoscono vari livelli di senso, letture differenti dello stesso testo. Non a caso il mondo sciita ha visto prosperare la filosofia e la teologia: i grandi filosofi Farabi e Miskawayh erano sciiti, nell’era Safavide proliferarono famosi pensatori, molti filosofi ismaeliti sono meno noti ma importantissimi, lo stesso Avicenna si formò in un contesto sciita. E anche ai giorni nostri, nonostante tutti i limiti che conosciamo, in Iran la filosofia è materia di baccalaureato».

Il pensiero sciita ebbe un ruolo anche nella diffusione delle scienze in Occidente?

«Sì, indirettamente: le opere di molti di questi sapienti furono tradotte in latino. Non solo il pensiero sciita contribuì alla formazione della filosofia nel mondo islamico, ma gli intellettuali sunniti stessi sono influenzati dalle dottrine sciite».

Lo sciismo ha una lunga tradizione di studi critici sui testi sacri: il mondo sciita può essere oggi un attore della modernizzazione del pensiero islamico in generale?

«Potrebbe essere un attore di riforma. Anche se può sembrare paradossale, in Iran, nonostante la strumentalizzazione politica della religione, o forse proprio in reazione ad essa, è in atto una vera riflessione sull’islam. Esiste una vivace vita intellettuale (ciò che non si verifica in altri Paesi islamici, soprattutto arabi) con numerose figure di riformatori».

Intanto però assistiamo a un pericoloso scontro tra mondo sunnita e sciita: è preoccupato?

«Certo, si tratta di un fenomeno inquietante. In realtà, la religione viene strumentalizzata per altri fini, ma la popolazione si sente molto coinvolta perché in questi scontri si fa riferimento a credenze importantissime. La gente viene manipolata e ciò crea una violenza estrema, che può infiammare regioni intere».

Esistono esperimenti interessanti di “ecumenismo” tra le diverse correnti islamiche?

«Sì, ne abbiamo avuti alcuni tra la fine del XIX e l’inizio del XX secolo, ma con risultati relativi, perché sul piano religioso esistono elementi inconciliabili. Nonostante ciò, generalmente le comunità sono arrivate a un equilibrio pragmatico, riuscendo a convivere in pace. I problemi si verificano quando intervengono appunto manipolazioni da parte di regimi corrotti, o provocazioni internazionali. Penso che un dialogo duraturo possa nascere non dal basso, perché le masse di fedeli non sarebbero preparate, bensì da una classe intellettuale che elabori un’adeguata riflessione teorica e politica».

Lei sostiene che il mondo sciita, rispetto ai sunniti, è più aperto al dialogo con le altre religioni: perché?

«Nello sciismo l’aspetto spirituale e intellettuale sono molto importanti, e tra le élite la tradizione razionale – e quindi anche dialettica – è rimasta molto viva. Con i religiosi sciiti, anche quelli più

rigidi, è possibile mettersi attorno a un tavolo e dialogare, cosa impossibile con i fondamentalisti sunniti. E i fatti lo dimostrano».

Fonte: <http://www.csem.org.br/index.php/csem/noticias/4305-l-altro-islam-lo-sguardo-aperto-del-pensiero-sciita> - 17.02.2016

Islam. Stop alla legge antimoschee della Lombardia, è incostituzionale

La legge sui luoghi culto della Regione Lombardia, voluta dalla Lega Nord per ostacolare la costruzione di nuove moschee, è incostituzionale. Quindi va cancellata.

Lo hanno stabilito ieri in camera di consiglio i giudici della Corte Costituzionale (o Consulta) accogliendo il ricorso presentato dal governo, convinto che quella legge violava la libertà di culto e invadeva competenze riconosciute solo allo Stato nei rapporti con le confessioni religiose. Per conoscere le motivazioni della sentenza bisognerà però attendere un paio di settimane.

La legge della Lombardia appena bocciata prevede per i luoghi di culto islamici un “parere preventivo e obbligatorio” da parte di una consulta regionale nominata dalla giunta e anche la possibilità di un referendum tra i residenti. Tutto è poi subordinato all’approvazione da parte dei Comuni di un “piano delle attrezzature religiose”.

Tra i tanti paletti fissati dalla legge ci sono distanze minime rispetto ad altri edifici di culto (che in città piene di chiese cattoliche relegherebbero probabilmente le moschee in periferia), opere di urbanizzazione, parcheggi ampi almeno il doppio rispetto all’area di preghiera, sistemi di videosorveglianza. È prevista anche la “congruità architettonica e dimensionale degli edifici di culto previsti con le caratteristiche generali e peculiari del paesaggio lombardo”.

“Quella legge oltre ad essere un obbrobrio giuridico rappresentava anche un caso di inciviltà e intolleranza inammissibile”, dice David Piccardo, del Coordinamento delle Associazioni Islamiche di Milano, Monza e Brianza (Caim). “Abbiamo denunciato più volte l’atteggiamento di chi ha voluto

utilizzare le istituzioni pubbliche con fini persecutori nei confronti dei cittadini musulmani della Lombardia impiegando risorse pubbliche per negare i diritti e per alimentare la paura e il pregiudizio nei confronti di più di 400.000 persone a cui ancora oggi non è garantito il diritto di culto”.

Il Caim chiede ora al Parlamento una legge sul diritto di culto che possa “sanare un vulnus che riguarda quasi due milioni di cittadini” e al sindaco di Milano Giuliano Pisapia “l’assegnazione definitiva delle aree così come previsto dal bando pubblico in modo da procedere con la costruzione della moschea di Milano”. La legge regionale dichiarata incostituzionale era nata infatti proprio per contrastare quel progetto.

“Vogliamo ostacolare la costruzione di moschee? La risposta è sì. È una legittima difesa e precauzione contro chi vuole introdurre qui la sharia” affermò in aula al Pirellone Fabio Rolfi, consigliere regionale della Lega Nord, quando fu approvata la nuova legge. Ora la decisione della consulta è un boccone molto amaro per il Carroccio.

“La Consulta ha bocciato la nostra legge che regolamentava la costruzione di nuove moschee. La sinistra esulta: Allah Akbar” ha scritto stamattina sul suo profilo twitter il presidente della Lombardia Roberto Maroni. Il segretario del Carroccio Matteo Salvini contrattacca insultando direttamente i giudici della Corte Costituzionale: “E’ una Consulta islamica, non italiana, complice dell’immigrazione clandestina. E’ vergognoso”

Fonte: <http://www.csem.org.br/index.php/csem/noticias/4347-islam-stop-alla-legge-antimoschee-della-lombardia-e-incostituzionale> - 25.02.2016

Migranti e religioni: in Italia 2,6 milioni di cristiani e 1,6 milioni di musulmani

I dati del Dossier Idos. Rispetto al 2013, cristiani 53,8% (6 punti decimali in più), musulmani 32,2% (9 punti decimali in meno), fedeli di religioni orientali 6,7% (3 punti decimali in più). “E’ chiaramente infondata la paventata ‘invasione religiosa’”

Il Centro Studi e Ricerche Idos e la rivista interreligiosa Confronti presentano i risultati della

stima della realtà multireligiosa in Italia, determinatasi a seguito dell’immigrazione.

In sintesi, ne emerge che l'islam resta una componente del mosaico religioso italiano, importante ma non predominante. I cristiani – nelle loro varie componenti – si confermano come l'aggregato confessionale maggioritario ma nel quadro di "nuovo pluralismo" largamente determinato proprio dai flussi migratori.

I dati. Secondo i risultati di questa stima, che fa riferimento all'intera popolazione straniera regolarmente residente in Italia alla fine del 2014 (5.014.000 persone), i cristiani sono quasi 2 milioni e 700 mila, i musulmani più di 1 milione e 600 mila, i fedeli di religioni orientali (induisti, buddhisti, sikh e altri) più di 330 mila, gli ebrei circa 7 mila, quelli provenienti da aree in cui sono diffuse le religioni tradizionali 55 mila, gli appartenenti ad altri gruppi religiosi più difficilmente classificabili 84 mila, mentre ammontano a 221 mila gli atei e gli agnostici.

Rispetto al 2013, la consistenza dei diversi gruppi religiosi risulta incrementata numericamente, essendo calcolata su una popolazione straniera a sua volta aumentata. I cambiamenti strutturali si rilevano, però, solo dalla modifica della incidenza percentuale di ciascun gruppo religioso rispetto al 2013: cristiani 53,8% (6 punti decimali in più), musulmani 32,2% (9 punti decimali in meno), fedeli di religioni orientali 6,7% (3 punti decimali in più), mentre negli altri gruppi non si riscontrano variazioni percentuali. Pertanto, è chiaramente infondata la paventata "invasione religiosa", considerato che gli immigrati sono per lo più cristiani, tra i quali comunque gli evangelici, pur meno numerosi degli ortodossi (che superano anche i cattolici), costituiscono una consistente e crescente realtà.

La situazione attuale nel mondo e gli scenari futuri.

Utilizzando la stessa metodologia adottata per l'Italia, il Dossier immigrazione dell'Idos presenta in

"Se ti picchia non ti ama e non è Islam", la comunità musulmana contro la violenza sulle donne

"La mia vita è nelle mie mani", "Sposerò chi vorrò", "Se ti dicono che l'Islam permette la violenza contro le donne ti mentono, la tua libertà è l'unica verità", "Se ti picchia non ti ama", "Non avere paura di denunciare", "Non rinunciare a te stessa"...

Sono alcuni dei messaggi del progetto Aisha, promosso dal Coordinamento delle Associazioni Islamiche di Milano, Monza e Brianza

anteprima i risultati della stima riferita alla popolazione dell'Unione Europea (508 milioni) e alla popolazione mondiale (7 miliardi e 266 milioni) nel 2014. Eccoli in estrema sintesi:

Ue a 28: cristiani 76,8% (cattolici 49,9%, evangelici e altri cristiani 19,7%, ortodossi 7,2%), musulmani 2,9%, ebrei 0,2%, religioni orientali 0,2%, altri gruppi e non statisticati 5,4%, atei e agnostici 14,5%;

Nel mondo. Cristiani 29,6% (cattolici 17,1%, evangelici e altri cristiani 9,9%, ortodossi 2,6%), musulmani 23,1%, ebrei 0,2%, religioni orientali 26,2% (induisti 15,2%, buddhisti 5,1%, altre religioni orientali 5,9%), religioni tradizionali 2,6%, altri gruppi e non statisticati 3,5%, atei e agnostici 14,8%.

Secondo il Pew Research Center degli Usa, nel 2050, presupposto che la popolazione mondiale passi a 9,3 miliardi (+35%, circa 2 miliardi in più), anche i cristiani aumenteranno del 35% (da 2,1 a 2,9 miliardi) e incideranno per il 31% sulla popolazione mondiale. Un aumento simile (+34%) è stato ipotizzato per gli induisti (da 1 miliardo a 1,4 miliardi). Invece i musulmani, grazie a un più consistente tasso d'aumento (+73%), passeranno da 1,6 a 2,7 miliardi e incideranno per il 29% sulla popolazione mondiale, avvicinandosi al sorpasso dei cristiani (previsto per il 2070). Aumenteranno anche gli altri gruppi religiosi, ad esempio gli ebrei (da 14 milioni a 16 milioni), a eccezione dei buddhisti, per i quali è prevista una situazione di stabilità. Diminuiranno invece gli atei e gli agnostici (dal 16% al 13%).

Queste previsioni escludono per l'Unione Europea la paventata islamizzazione dall'interno, perché nel Vecchio continente la popolazione musulmana non inciderà oltre il 10%.

Fonte: <http://www.csem.org.br/index.php/csem/noticias/4380-migranti-e-religioni-in-italia-2-6-milioni-di-cristiani-e-1-6-milioni-di-musulmani> - 03.03.2016

per contrastare la violenza e la discriminazione contro le donne. Un'iniziativa nata all'interno della comunità musulmana e dedicata a un fenomeno, spiega il Caim, "che deve essere sconfitto in primis sul piano culturale sottraendogli ogni possibile giustificazione religiosa".

È per questo che quei messaggi verranno portati all'interno delle moschee, grazie alla partnership

con l'Associazione Nazionale degli Imam e delle Guide Religiose. Contro una vulgata che vuole l'islam come una religione maschilista, che opprime le donne, verranno esaltati i riferimenti dottrinali nei quali le donne musulmane sono protagoniste.

Sarà un'opera di prevenzione, ma anche di aiuto per le vittime. In sinergia con istituzioni e associazioni, il progetto Aisha formerà donne e

uomini sulla migliore metodologia per assisterle e formerà gli operatori dei centri anti-violenza sulle tematiche legate all'Islam. “Fondamentale – scrivono ancora i promotori - sarà lo sviluppo di una capacità di intervento sui casi e di assistenza alle donne vittime di violenza. [...]

Fonte: <http://www.csem.org.br/index.php/csem/noticias/4390-se-ti-picchia-non-ti-ama-e-non-e-islam-la-comunita-musulmana-contro-la-violenza-sulle-donne> - 07.03.2016

Títulos da Resenha Migrações na Atualidade

1. BRASIGUAIOS
2. EMIGRAR - Opção ou necessidade
3. OS EXPULSOS DA TERRA
4. MIGRAÇÕES E TRABALHO
5. LEIS E MIGRAÇÃO
6. MIGRAÇÕES NORDESTINAS
7. JOVENS MIGRANTES
8. MIGRAÇÕES INTERNAS: Aspectos vários
9. DESEMPREGO
10. VÍTIMAS DO RACISMO
11. MORADIA: Direito de todos
12. FAVELAS: Migração da dignidade humana
13. FOME E MISÉRIA
14. LATINO - AMERICANOS EM MIGRAÇÃO
15. A FAMÍLIA
16. TRABALHO ESCRAVO
17. SOS: Pequenos sem lar
18. REFUGIADOS
19. EXCLUÍDOS - Um clamor à justiça e a solidariedade
20. MULHER MIGRANTE - Solidariedade e acolhida
21. SEM – TERRAS
22. DIREITOS HUMANOS - Violação e defesa
23. TERRA E MIGRAÇÃO
24. MIGRANTES EM SITUAÇÃO IRREGULAR
25. CRIANÇAS, ADOLESCENTES E TRABALHO
26. CF /97 e AS MIGRAÇÕES
27. MIGRANTES E AS RELAÇÕES DE TRABALHO
28. VIOLÊNCIA CONTRA MIGRANTES.
29. PELA DIGNIDADE DO MIGRANTE
30. DESEMPREGO EM ALTA
31. EDUCAR É PRECISO
32. SECA AUMENTA O VAIVÉM DE MIGRANTES
33. ANISTIA A ESTRANGEIROS EM SITUAÇÃO ILEGAL
34. SEM TRABALHO... por quê?
35. DESAFIOS DA MIGRAÇÃO frente ao novo milênio
36. O MIGRANTE É VÍTIMA!
37. REFUGIADOS: desafio à solidariedade
38. DIGNIDADE HUMANA E PAZ - CF/2000
39. XENOFOBIA
40. TRÁFICO HUMANO - a escravidão moderna
41. CRIANÇAS E ADOLESCENTES na armadilha da globalização
42. DROGAS, uma ameaça à VIDA.
43. MULHERES: Protagonistas ou excluídas?
44. MIGRANTES e Conflitos armados
45. RETRATO SOCIAL dos MIGRANTES.
46. POVOS INDÍGENAS, resgate de uma civilização.
47. ALIMENTAÇÃO é um direito humano. Por que tanta fome?
48. IMIGRANTE: rejeitado, mas indispensável!
49. ÁGUA: fonte de segurança alimentar.
50. PESSOAS IDOSAS: dignidade e esperança.
51. A MERCANTILIZAÇÃO DO SER HUMANO
52. EMIGRAÇÃO: As lutas de brasileiros e brasileiras no exterior.
53. DISCRIMINAÇÕES: o ser humano ferido.
54. MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: rumos e desafios.
55. MIGRAÇÕES: culturas e integração.
56. REFUGIADOS: novos desafios na conjuntura atual.
57. TRÁFICO DE SERES HUMANOS: negação da dignidade.
58. MIGRAÇÕES: leis insuficientes e políticas migratórias discriminatórias.
59. MIGRAÇÕES E DESENVOLVIMENTO.
60. XENOFOBIA: o migrante como ameaça. Por quê?
61. RELIGIÕES: força e fragilidade dos migrantes
62. MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: novos fluxos e políticas seletivas
63. POBREZA produz migração. Migração contrasta a pobreza?
64. CAMINHOS E DESCAMINHOS DA INTEGRAÇÃO
65. POVOS EM FUGA: os/as deslocados/as
66. CRIMINALIZAÇÃO DOS MIGRANTES E VIOLÊNCIA NO CONTEXTO MIGRATÓRIO: desafios
67. MIGRAÇÕES E TRABALHO: valorizar a contribuição e erradicar a exploração
68. MIGRAÇÕES E CULTURA: como superar a discriminação?
69. MIGRAÇÕES E REFÚGIO: a ambigüidade das estratégias de proteção
70. LEIS E POLÍTICAS MIGRATÓRIAS: direito a ter direitos
71. MIGRAÇÕES E DESENVOLVIMENTO: qual o papel das remessas?
72. O PAPEL PROFÉTICO DAS RELIGIÕES junto aos migrantes
73. TRÁFICO DE PESSOAS: quais são as estratégias de combate?
74. CIDADE: lugar de encontro ou exclusão?
75. SER MIGRANTE EM TEMPOS DE CRISE
76. ENTRE ASSIMILAÇÃO e INTEGRAÇÃO
77. MUDANÇAS CLIMÁTICAS e REFUGIADOS AMBIENTAIS
78. AS MIGRAÇÕES GERAM VIOLÊNCIA OU REAÇÕES VIOLENTAS?
79. TRABALHADORES MIGRANTES: indispensáveis, mas sem direitos
80. XENOFOBIA: a nova face da exclusão
81. MULHERES REFUGIADAS
82. RELIGIÃO: fator de integração dos migrantes?
83. Os rumos do TRÁFICO DE SERES HUMANOS
84. MIGRAÇÃO DE RETORNO e crise: sonho frustrado?
85. Os desafios da MIGRAÇÃO FEMININA
86. As RELIGIÕES diante dos desafios das MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS
87. TRÁFICO DE PESSOAS: é possível combater?
88. Novos FLUXOS MIGRATÓRIOS: uma nova questão social
89. MULHERES MIGRANTES: protagonismo e vulnerabilidades
90. A RELIGIÃO como meio de assistência, integração e emancipação dos migrantes.
91. TRÁFICO DE PESSOAS: entre o discurso e a realidade.
92. A "Globalização da indiferença" e a CRIMINALIZAÇÃO DAS MIGRAÇÕES
93. As MULHERES no contexto das políticas migratórias
94. As RELIGIÕES a serviço da dignidade dos migrantes
95. TRÁFICO DE PESSOAS: O ser humano está à venda?
96. Por uma compreensão mais ampla das MIGRAÇÕES FORÇADAS
97. MULHERES MIGRANTES: entre fronteiras físicas e sociais.
98. Migrações, RELIGIÕES e violência
99. TRÁFICO DE PESSOAS e políticas migratórias
100. MÍDIA e migrações: entre discursos e estereótipos
101. Dignidade humana e MULHERES MIGRANTES
102. A diáspora muçulmana para além dos estereótipos